Universidades Lusíada

Baiôa, Manuel

As eleições legislativas de 1925 no Alentejo

http://hdl.handle.net/11067/5792
https://doi.org/10.34628/pr1g-pf50

Metadados

Data de Publicação	2020
Editor	Universidade Lusíada
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ILID-CEJEA] Polis, s. 2, n. 02 (Julho-Dezembro 2020)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-10-12T05:31:32Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

As eleições legislativas de 1925 no Alentejo

The 1925 legislative elections in the electoral constituencies of the Alentejo (Portugal)

Manuel Baiôa
Doutor em História Contemporânea pela Universidade de Évora
Investigador do CIDEHUS, Universidade de Évora
E-mail: manuelbaioa@hotmail.com
DOI: https://doi.org/10.34628/6j93-pf78

Sumário:
Introdução
1. O contexto político
2. As candidaturas apresentadas no Alentejo
3. A campanha eleitoral
4. Acordos, irregularidades, fraudes e violências
5. Os resultados finais das eleições
Conclusão
Anexos: quadros com os resultados eleitorais nos círculos do Alentejo

Resumo: O presente estudo incide sobre as eleições legislativas de 1925 ocorridas nos seis círculos eleitorais do Alentejo. Aborda os tópicos referentes à contextualização política, à escolha dos candidatos a deputados, a campanha eleitoral, o clientelismo, os acordos e as fraudes eleitorais. Apresenta ainda uma revisão dos resultados eleitorais do Alentejo, demarcando-se dos números seguidos pela historiografia portuguesa.
Palavras-chave: Eleições; Clientelismo; I República; Portugal; Alentejo.

Abstract: This study focuses on the 1925 legislative elections that took place in the six electoral district of the Alentejo (Portugal). It addresses topics related to political contextualization, the choice of candidates for deputies, the electoral campaign, clientelism, electoral fraud and agreements. It also presents a review of the electoral results of the Alentejo, moving away from the numbers followed by Portuguese historiography.
Keywords: Elections; Clientelism; 1st Republic; Portugal;, Alentejo.

1 Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/00057/2020.

Introdução

O presente artigo incide sobre as eleições legislativas para a Câmara dos Deputados ocorridas em 1925 nos seis círculos do Alentejo (Portalegre, Elvas, Estremoz, Évora, Beja e Aljustrel). Abordamos a contextualização política; o processo que levava à escolha dos candidatos a deputados; a campanha eleitoral, com os comícios, o percurso dos candidatos pelas vilas e cidades; os manifestos e as polémicas na imprensa; a violência, os acordos, as fraudes e as irregularidades ocorridas nos atos eleitorais; e finalmente a análise dos resultados eleitorais, comparando os resultados nacionais com os do Alentejo. Como complemento, em anexo, apresentam-se os quadros com os resultados eleitorais. Não iremos abordar o tópico referente à legislação eleitoral, que já tem sido amplamente explorado pela historiografia portuguesa[2].

2 Almeida, 1998 e 2014; Lopes, 2011; Pereira, 2014.

Os estudos sobre as eleições legislativas da I República de Oliveira Marques[3] foram pioneiros e os resultados finais apurados para cada uma das eleições continuam a ser usados por toda a historiografia portuguesa[4]. Contudo, conhecem-se várias imprecisões[5], fruto da dificuldade em identificar a orientação política de alguns deputados, e por esses resultados terem sido obtidos principalmente com recurso a fontes da imprensa, que não incorporaram alterações ocorridas nas assembleias de apuramento e nas comissões de verificação de poderes. Ainda assim, continuamos a usar neste estudo os resultados nacionais das eleições legislativas de 1925 propostos por Oliveira Marques[6], bem como dois estudos mais recentes de António José Queiroz[7] e de Manuel Baiôa[8] que trazem uma revisão dos números apresentados por Oliveira Marques. Já em relação aos resultados eleitorais dos seis círculos do Alentejo, apresentamos neste estudo uma nova proposta com base nas fontes depositadas no Arquivo Histórico Parlamentar.

As eleições legislativas da I República não têm sido objeto de muitos estudos de carácter regional e local[9]. Contudo, estas investigações são fundamentais para conhecer o processo político e os candidatos num contexto específico e singular. Para o Alentejo existem alguns trabalhos que abordam fugazmente esta temática[10] onde

3 Marques, 1978: 589-644; Marques, 1980: 126-128.
4 Lopes, 1994: 32-33; Lopes, 2013.
5 Silva, 2006, II: 177; Queiroz, 2010: 63-94; Baiôa, 2015: 309.
6 Marques, 1980: 128.
7 Queiroz, 2010: 63-94.
8 Baiôa, 2015: 309.
9 Serra, 1987; Menezes, 1992; Queirós, 2003; Cruz, 2007; Sequeira, 2014; Queiroz, 2015.
10 Silva, 1996; Baiôa, 1997 e 2000; Almeida, 1997; Faustino, 1997; Piçarra, 2010; Piçarra e Pinto, 2010; Bernardo, 2013.

se destacam os roteiros republicanos dedicados a Portalegre[11], Évora[12] e Beja[13]. Todavia, não existe nenhum estudo sistemático sobre as diversas eleições legislativas ocorridas durante a I República no Alentejo.

As principais fontes arquivísticas utilizadas neste estudo foram as depositadas no Arquivo Histórico Parlamentar onde se encontra toda a documentação oficial das eleições legislativas: listagens com o recenseamento eleitoral, atas das assembleias primárias, assembleias de apuramento e comissões de verificação de poderes; protestos e contraprotestos dos candidatos e dos seus representantes. O seu conjunto dá-nos os resultados oficiais das eleições. O que não significa que eles espelhem o que realmente se passou, já que as fraudes e falsificações não foram exclusivas das assembleias eleitorais. Verificaram-se também nas próprias comissões de verificação de poderes. Mas eram estas que proclamavam os deputados eleitos.

Teria sido muito importante identificar arquivos privados que retratassem os bastidores das eleições, com as negociações, os acordos e as fraudes. No entanto, não conseguimos encontrar para o Alentejo este tipo de arquivos, conforme já foram identificados para outras regiões[14]. Recorreu-se, pois, à imprensa nacional e regional e às memórias para obter o máximo de informações sobre estes tópicos, de modo a cruzá-los com as fontes oficiais.

1. O contexto político

A 8 de Novembro de 1925 tiveram lugar as últimas eleições legislativas da I República. Nesta fase alguns dos problemas políticos estruturais do regime republicano permaneciam ativos e outros tinham-se agravado. A permanência constante do Partido Republicano Português (PRP) no governo tinha levado a um desgaste político das suas figuras mais emblemáticas. As constantes acusações de fraude, corrupção e a não resolução dos problemas sociais, sujeitaram-no aos ataques cada vez mais cerrados da oposição e da imprensa. Em simultâneo, o PRP mostrava-se pouco coeso, uma vez que a indisciplina parlamentar dos seus membros levava a quedas cíclicas dos governos que organizou. Essas quedas contaram frequentemente com o voto ou a omissão de vários parlamentares democráticos.

A última grande querela interna dentro do PRP, ocorrida no Verão de 1925, levou a nova dissidência e à formação da Esquerda Democrática (ED), facto que poderia fragilizar o PRP nas novas eleições. Para os sectores mais conservadores da sociedade portuguesa, a República tinha cedido em demasia às reivindicações esquerdistas e operárias, e por isso sentiam-se traídos pelo PRP. Uma parte significativa do operariado, pelo contrário, julgava que os avanços em termos sociais tinham sido diminutos, pelo que deixou de confiar no regime republicano. Portanto, lentamente, tanto à direita como à esquerda do PRP, um vasto grupo heterogéneo uniu-se num objetivo comum: derrubá-lo do poder.

O governo presidido por Domingos Leite Pereira, constituído por democráticos e independentes, preparou o ato eleitoral procurando aparentemente um apaziguamento entre as diversas forças políticas e dando garantias de imparcialidade e liberdade. Contudo, outros sinais veiculados desde o interior do governo por Marques de Azevedo, membro do diretório do PRP e chefe de gabinete do presidente do Ministério, apontavam para um reforço do poder dos democráticos e para o esmagamento dos pequenos grupos parlamentares nas eleições[15].

2. As candidaturas apresentadas no Alentejo

As eleições de 1925 surgiram num contexto de maior mobilização do que as eleições anteriores e com a apresentação de um maior número de candidaturas[16]. Foram seguramente as mais disputadas no Alentejo, já que o PRP se viu confrontado com a dissidência da Esquerda Democrática e com a afirmação de um bloco conservador, que, para além da Causa Monárquica / Partido Monárquico (PM), contava com o Partido Republicano Nacionalista (PRN) e a União dos Interesses Económicos (UIE). Nesta região houve também listas do Partido Republicano Radical (PRR), independentes e regionalistas. Houve ainda um candidato do Partido Comunista Português (PCP), em Beja, inserido numa lista patrocinada pela Esquerda Democrática. Ausências notadas foram as do Centro Católico Português e do Partido Socialista Português, o que não impediu que os seus dirigentes se tenham mobilizado para apoiar outras candidaturas.

O PRP disputou as maiorias (com dois candidatos) em todos os círculos, com exceção de Évora, onde apresentou apenas um candidato. O PRN apenas apresentou dois candidatos nos círculos de Elvas, Aljustrel e Beja; já nos restantes círculos limitou-se a disputar as minorias com um candidato. A dissidência da Esquerda Democrática provocou um forte abalo nalgumas estruturas do PRP do Alentejo, uma vez que se transferiram grande número de antigos notáveis e membros do PRP, bem como alguns centros políticos e órgãos de imprensa local para o novo agrupamento político. A Esquerda Democrática disputou as maiorias em Évora, Estremoz e Beja (aqui em coligação com o PCP) e as minorias em Elvas. Todavia, não se apresentou com candidatos em Portalegre e Aljustrel. A UIE tinha uma organização com estreita ligação às confederações patronais do Alentejo e apresentou um candidato nos círculos de Portalegre, Elvas, Évora e Estremoz. O Partido Monárquico apenas apresentou um candidato nos círculos de Portalegre e Elvas, embora o Conselho Superior da Política Monárquica recomendasse aos seus correligionários o voto nos candidatos Severino de Santana Marques (Portalegre) e Eduardo Fernandes de Oliveira (Elvas) da UIE[17]. O Partido Republicano Radical disputou as maiorias em Évora e as minorias em Estremoz. O Par-

11 Ventura, 2010.
12 Matos, Bernardo e Rodrigues, 2010.
13 Piçarra e Mateus, 2010.
14 Queirós, 2008: 115-116; Baiôa, 2015: 291-317.
15 Leal, 2014, 201-221.
16 Veja-se, por exemplo, a crítica ao excesso de candidatos veiculada no jornal republicano bejense, *O Porvir*, 17.10.1925, 1.
17 *A Época*, 27.10.1925, 4.

tido Comunista Português, como se disse, apresentou um candidato em Beja em coligação com a Esquerda Democrática[18]. Quanto aos candidatos independentes e regionalistas, apresentaram-se três em Portalegre, três em Estremoz, um em Beja e três em Aljustrel.

Um desses candidatos independentes e regionalistas foi António Correia, antigo dirigente político do PRL, do PRN e da Ação Republicana, que apresentou a candidatura por Portalegre. Foi apoiando pelo jornal *A Cidade*, que defendia a necessidade de se votar «nos candidatos regionalistas», uma vez que os partidos tradicionais estavam muito enfraquecidos pelas «lutas que em seu seio se têm travado para a caça ao poder»[19]. Os seus apoiantes acreditavam que «o povo não quererá votar, decerto, nos [candidatos] dos partidos, que só têm fomentado a desordem no País e contribuído do para a sua ruina»[20].

Em cada círculo eleitoral formaram-se coligações e acordos tendo por base não só questões ideológicas mas principalmente questões de ordem estratégica e pessoal. No círculo de Portalegre, o candidato da UIE, Severino de Santana Marques, e o candidato do Partido Monárquico (PM), Mário Augusto Miranda Monteiro, estabeleceram um acordo para se apresentarem na mesma lista eleitoral, denominada lista conservadora[21], enfrentando assim, as candidaturas do PRP e do PRN. Daí o jornal republicano bejense, *O Porvir*, ter acusado o Partido Monárquico e a União dos Interesses Económicos de parecerem «ser uma e a mesma coisa»[22]. Em Elvas foi estabelecido um acordo semelhante entre Rui de Andrade (PM) e Eduardo Fernandes de Oliveira (UIE).

Em Évora e Estremoz foram estabelecidos acordos eleitorais entre os candidatos do PRP, do PRN e da UIE para impedirem que os esquerdistas elegessem deputados nesses círculos[23]. Em Estremoz, o candidato independente, Alberto Xavier, também estabeleceu um acordo com o candidato do PRP, Sebastião de Herédia, aparecendo os dois no mesmo boletim de voto.

"As eleições legislativas da I República não têm sido objeto de muitos estudos de carácter regional e local. (...) Para o Alentejo existem alguns trabalhos que abordam fugazmente esta temática onde se destacam os roteiros republicanos dedicados a Portalegre, Évora e Beja. Todavia, não existe nenhum estudo sistemático sobre as diversas eleições legislativas ocorridas durante a I República no Alentejo.

A Esquerda Democrática converteu-se na «herdeira natural» do PRP em Évora e Estremoz, já que parte da direção distrital e concelhia do PRP aderiu à dissidência esquerdista[24] e o órgão de informação do PRP no concelho de Évora *O Democrático*, passou a defender as teses dos «canhotos»[25]. A Esquerda Democrática transformou-se assim, no principal adversário político das forças conservadoras[26]. As «direitas» uniram-se contra este novo adversário que tinha propostas mais radicais contra os seus interesses do que o PRP, cujo programa era mais moderado. A imprensa nacionalista divulgou pequenos artigos sobre a propaganda política dos democráticos, realçando os ataques aos «canhotos»[27]. Vários dirigentes do PRN assinaram a proposta de candidatura às eleições de Manuel Fragoso (PRP) e alguns dirigentes do PRP, em contrapartida, assinaram a candidatura de Alberto Jordão Marques da Costa (PRN)[28]. Os dois partidos publicaram, em conjunto, um alerta aos eleitores para o facto de poderem existir tentativas de irregularidades no ato eleitoral contra as suas candidaturas[29]; daí escolheram os mesmos representantes como vogais nas mesas eleitorais e concorreram nas eleições inseridos no mesmo boletim de voto. Estes partidos, como concorreram apenas com um candidato, utilizaram uma estratégia de «agregação de votos», já que nos respectivos boletins podiam aparecer dois candidatos, indepen-

18 Queirós, 2008, 106.
19 *A Cidade*, 1.11.1925, 2.
20 *A Cidade*, 8.11.1925, 1.
21 Cf., *O Districto de Portalegre*, 8.11.1925, 1.
22 *O Porvir*, 17.10.1925, 1.
23 Cf., *Diário de Lisboa*, 9.10.1925, 4.

24 Cf., *Democracia do Sul*, 21.8.1925, 4.
25 Cf., *O Democrático*, de Agosto a Novembro de 1925. A partir de 4 de Abril de 1926 *O Democrático* passou a ter como subtítulo: «Semanário Republicano. Direcção política: Comissão Municipal da Esquerda Democrática».

26 O órgão dos canhotos em Évora denunciou o acordo entre o candidato nacionalista Alberto Jordão Marques da Costa e o candidato «bonzo» do PRP Manuel Fragoso (cf., *O Democrático*, 22.10.1925, 1). Os esquerdistas denunciaram situações semelhantes às vividas em Évora em outros locais do país. Segundo eles os monárquicos e os «reacionários» votavam na lista da direita democrática nas localidades onde não tinham força suficiente para vencerem isolados, o que demonstrava o carácter conservador do PRP (cf., *O Democrático*, 22.10.1925, 4; *idem*, 8.11.1925, 2).
27 Cf., *Democracia do Sul*, 5.11.1925, 4.
28 Cf., *Democracia do Sul*, 1.11.1925, 5; *idem*, 6.11.1925, 4.
29 Texto do Comunicado: «Aos Eleitores. A comissão encarregada da distribuição das listas para a eleição dos deputados Srs. Dr. Alberto Jordão Marques da Costa e Manuel Fragoso, previnem os eleitores que os quiserem honrar com o seu voto, do seguinte: Inimigos políticos daqueles republicanos, pretendem, por qualquer forma, inclusivamente com manchas de tinta ou qualquer outro ingrediente, inutilizar, no dia da eleição ou quando a ocasião se lhes proporcione, as listas distribuídas com os seus nomes. Portanto, que nenhum dos eleitores a quem tais listas sejam entregues, as confie à observação seja de quem for. Desconfiar de todos é neste momento o dever daqueles que desejem votar nos Srs. Dr. Alberto Jordão e Manuel Fragoso» (*Democracia do Sul*, 5.11.1925, 4).

dentemente do partido a que pertenciam[30]. Assim, a comissão nacionalista encarregue de distribuir as listas (boletins de voto) podia entregá-las de forma diferenciada a elementos conotados com o PRP e com a UIE, o que possibilitava que estes também votassem no candidato do PRN (era apenas necessário que ao votarem não riscassem o nome de Alberto Jordão Marques da Costa). Obviamente, o PRP e a UIE utilizaram a mesma estratégia. Os partidos de «esquerda» (PRED e PRR) foram os mais prejudicados com este pacto.

Em Beja houve um acordo entre a Esquerda Democrática e o Partido Comunista Português, tendo apresentado no mesmo boletim de voto os nomes de Pedro Januário do Vale Sá Pereira e Manuel Ferreira Quartel.

A seleção dos candidatos a deputado era um momento de alguma pressão e tensão entre os órgãos diretivos centrais e os órgãos locais dos partidos. Várias candidaturas foram impostas pela força dos notáveis, embaraçando por vezes a posição dos Diretórios[31]. No final de Setembro iniciaram-se os preparativos para a escolha dos candidatos nacionalistas no distrito de Beja. No entanto, não se chegou a acordo, tendo havido duas reuniões com sinais opostos. Os dirigentes da comissão política municipal de Beja, do centro político do PRN, do jornal *O Bejense* e alguns membros da comissão distrital decidiram apoiar as candidaturas de António Aresta Branco[32] e Joaquim Lança[33]. Porém, os outros membros da comissão distrital e as outras comissões concelhias do distrito fizeram nova reunião onde decidiram apoiar as candidaturas de Jaime António Palma Mira e José do Vale de Matos Cid. Como o Diretório acabou por apoiar estes últimos candidatos, as estruturas políticas que não viram vingar a sua pretensão, dissolveram-se em protesto e recusaram-se a apoiar os candidatos indicados pelo Diretório[34]. Muitas individualidades da capital do Baixo Alentejo abandonaram o PRN e decidiram adotar António Aresta Branco como o novo patrono do novo Centro Republicano conservador de Beja. Esta mudança ocorreu quando faltavam apenas cinco dias para as eleições legislativas[35].

A cisão da Esquerda Democrática também teve consequências em Beja. O Centro Democrático Bejense foi expulso das estruturas do PRP pelo Diretório no dia 24 de Setembro de 1925. O motivo invocado foi o seu protesto contra a irradiação de vários membros da ala esquerda do PRP[36]. Os delegados das comissões políticas democráticas do círculo de Beja reuniram no dia 18 de Outubro de 1925 para escolherem os candidatos às eleições. Após a votação, verificou-se que os nomes indicados tinham sido: Paulo Limpo de Lacerda e Henrique Augusto da Silva. Alguns democráticos preferiam que o antigo deputado por Beja, Pedro Januário do Vale Sá Pereira, fosse o escolhido. Contudo, devido ao conflito existente entre o «austero republicano e o directório do partido, foi posta de parte a indicação da sua candidatura». No entanto, um conjunto de antigos correligionários do PRP, nesse momento afetos à Esquerda Democrática, avançaram com a candidatura de Sá Pereira «em oposição à lista oficial do partido». Para *O Porvir*, afeto à corrente conservadora do PRP, esta candidatura extraoficial «não tem nenhumas probabilidades de triunfo, servirá apenas para dividir as nossas votações, resultando somente, desse facto, vantagens para os candidatos adversários do nosso partido»[37].

Em Aljustrel, Brito Camacho tinha sempre a sua eleição confirmada, mas decidiu abandonar o Parlamento em 1925, pelo que «deu os seus votos»[38] a António Lobo de Aboim Inglês, que recebeu a sanção das estruturas locais e do diretório do PRN.

3. A campanha eleitoral

Nestas eleições a campanha eleitoral ainda decorreu de forma tradicional. Os candidatos deram entrevistas e divulgaram manifestos na imprensa partidária, que insistia no apelo ao voto através de editoriais. Os notáveis discursaram em banquetes e em comícios realizados principalmente em salas de espetáculo ou nos centros políticos. Os candidatos procuravam essencialmente o amparo dos «grandes eleitores» ou dos caciques. Este apoio, assegurado através do contacto direto ou por intermédio de cartas particulares, permitia-lhes o controlo de um determinado número de votos[39]. Quando visitavam um determinado local, a prioridade ia, pois, para o convívio com os notáveis e não com os eleitores comuns.

30 Cf., boletins de voto inutilizados e os alvarás de nomeação dos vogais dos candidatos Marques da Costa e Manuel Fragoso. Arquivo Histórico Parlamentar. Eleições Legislativas de 1925. Círculo n.º 34 (Évora), secção IX, Caixa 448.

31 Cf., *Diário de Lisboa*, 9.10.1925, 8.

32 Médico natural da Amareleja (17.11.1862) com uma longa carreira política iniciada na Monarquia no Partido Republicano Português. Posteriormente transitou para a União Republicana, para o Partido Republicano Evolucionista e para o Partido Republicano Nacionalista. Foi governador civil de Beja (5.10.1910 - 4.7.1911), deputado em 1911 (Faro), 1915 (Beja) e 1919 (Beja), presidente da Câmara dos Deputados (17.11.1911 – 29.11.1912) e ministro da Marinha (11.12.1917 - 7.3.1918). Faleceu em Lisboa em 14.10.1952.

33 Joaquim dos Prazeres Louzeiro e Lança (Beja, 30/11/1895 – 1977) era funcionário público e jornalista. Foi diretor do jornal académico *A Concórdia* e redator principal do semanário *O Bejense*. Foi presidente das Associações Comerciais e Industriais de Beja e Setúbal e diretor-secretário do Sindicato Agrícola de Beja. Em termos políticos integrou o Partido Republicano Nacionalista, a União dos Interesses Económicos e a União Nacional, na qual foi membro da comissão de propaganda e secretário-geral (1933). Foi administrador do concelho de Beja, governador civil de Setúbal (1931-1933) e deputado da União Nacional (1935-1938). O jornal bejense *O Porvir* (24.10.1925, 1) acusou Joaquim Lança de estar próximo das associações patronais e de também ser apoiando pela União dos Interesses Económicos.

34 Cf., *O Bejense*, 15.10.1925, 1; *idem*, 29.10.1925, 1; *Acção Nacionalista*, 18.10.1925, 1.

35 Cf., *O Bejense*, 5.11.1925, 1-2; *Acção Nacionalista*, 15.11.1925, 1-2.

36 *O Porvir*, 17.10.1925, 1; *Ala Esquerda*, 22.10.1925, 1-2.

37 *O Porvir*, 24.10.1925, 1.

38 *Diário de Lisboa*, 7.11.1925, 5.

39 Veja-se, por exemplo, uma carta de recomendação apelando ao voto nos candidatos esquerdistas que o Dr. Jorge Barros Capinha, candidato da Esquerda Democrática pelo círculo de Estremoz, enviou a um correligionário. Cf., Arquivo Histórico Parlamentar. Eleições Legislativas de 1925. Círculo n.º 34 (Évora), secção IX, Caixa n.º 448.

Os candidatos financiavam a campanha eleitoral maioritariamente com o seu próprio dinheiro e marginalmente com o dinheiro do partido ou de outros cidadãos, através de uma subscrição[40]. As maiores despesas com a campanha eleitoral concentravam-se principalmente nas viagens e estadias e na impressão dos panfletos e das listas eleitorais. Estas listas eram distribuídas diretamente por candidatos e colaboradores aos correligionários nos dias que antecediam o ato eleitoral ou eram deixadas nos centros políticos e em estabelecimentos comerciais, tendo os simpatizantes das listas de deslocar-se a esses locais para as recolherem[41].

Ainda que a campanha eleitoral continuasse essencialmente com as mesmas práticas antigas, surgiram alguns laivos de propaganda eleitoral um pouco mais moderna: os candidatos ocupavam-se, por vezes, nos seus discursos de temas nacionais e já não só de temas locais; a campanha eleitoral era financiada com recursos "externos"; os candidatos e seus apoiantes percorriam o círculo eleitoral de automóvel e de comboio; no percurso pelas ruas os candidatos e os seus prosélitos usavam símbolos do partido (como por exemplo o cravo vermelho usado pelos membros da Esquerda Democrática) e eram acompanhados por bandas filarmónicas, o que dava uma grande animação e motivava os eleitores.

Os momentos de maior solenidade e festividade da campanha eleitoral ocorriam aquando da visita dos dirigentes nacionais às localidades. O Partido Republicano Nacionalista preparou com bastante antecedência a propaganda eleitoral no círculo de Évora. Numa reunião realizada no dia 20 de Agosto de 1925 no Centro Republicano Nacionalista de Évora foi discutida a vinda dos membros do diretório do PRN a esta cidade e a propaganda política a realizar. Ficou decidido constituir três comissões de trabalho para preparar as várias iniciativas agendadas[42].

No dia 10 de Outubro de 1925 pelas 12 horas e 30 minutos chegaram a Évora os membros do Diretório, António Ginestal Machado, Pedro Pita e Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá, acompanhados pelo diretor da *Acção Nacionalista,* Luís Costa Santos. Na estação do caminho-de-ferro estava uma multidão «de todas as classes» à sua espera. Foram entusiasticamente saudados pelos seus correligionários e ouviram-se vários *Vivas* à República. No entanto, também se ouviu um coro de apupos e vaias por parte dos funcionários e pelo inspetor da estação de caminho-de-ferro[43]. Da estação dirigiram-se em vários automóveis e alguns trens «para o Teatro Garcia de Resende onde se realizou uma sessão de boas vindas». Domingos Vítor Cordeiro Rosado saudou os «ilustres democratas» em nome do PRN de Évora. De seguida usou da palavra o presidente do Diretório, António Ginestal Machado que sintetizou os ideais do Partido Republicano Nacionalista, que apesar de ser denominado «conservador», procurava o progresso «pela única via por que pode obter-se: dentro da ordem e do trabalho, que não são exclusivos desta ou daquela classe, mas de todas as classes unidas pelo pensamento de dar a Portugal dias de maior grandeza»[44]. Da parte da tarde os dirigentes nacionalistas deslocaram-se à vila da Azaruja, onde realizaram uma sessão de propaganda eleitoral na sala da escola João José Perdigão. O dirigente político eborense Alberto Jordão Marques da Costa apresentou os oradores que o acompanhavam, discursando a seguir Pedro Pita, Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá, Domingos Cordeiro Rosado e António Ginestal Machado que desenvolveram o programa partidário, o qual, «na campanha do momento, tem por base o entendimento mútuo de todas as classes e a junção de esforços de todos os portugueses». Terminada a sessão, efetuou-se um jantar que «decorreu animadíssimo e em que, aos brindes, se fizeram afirmações da mais alta importância»[45].

No dia seguinte os líderes políticos nacionalistas foram a Arraiolos. No largo do Padrão, centro da vila, uma grande multidão saudou os visitantes, enquanto a filarmónica do Vimieiro, executou o Hino Nacional. Raul Esteves dos Santos e Cunha Leal, que entretanto tinham chegado de Lisboa, juntaram-se aos outros dirigentes nacionalistas. Os convidados dirigiram-se primeiramente para a Sociedade Recreativa Arraiolense, «cujas salas se encontravam artisticamente ornamentadas com tapetes da indústria local». Nesta Sociedade realizou-se uma sessão, na qual, o dirigente local Augusto Simões apresentou as saudações dos nacionalistas arraiolenses aos membros do Diretório e aos líderes eborenses, tendo António Ginestal Machado agradecido a sua gentileza. Pouco depois dirigiram-se para o «vasto quintalão anexo ao Sindicato Agrícola, que se encontrava apinhado de pessoas de todas as classes sociais». Nesse local decorreu o comício sob a presidência de alguns dirigentes locais do PRN. O primeiro orador que usou da palavra foi Alberto Jordão Marques da Costa que fez a apresentação dos dirigentes nacionais do PRN ali presentes e refutou a «distinção que muitos querem estabelecer entre exploradores e explorados, afirmando que o partido nacionalista» se encontrava «no meio de dois excessos, o excesso das direitas e o excesso das esquerdas»[46]. De seguida, tomou a palavra Cunha Leal, que agradeceu a receção que tinham sido alvo e iniciou a análise da situação do país. Fustigou os que «andam enganando o povo acobertados com a divisa oca de sentido - *pelos explorados contra os exploradores*». Na sua visão o PRN vivia «entre duas reacções: a da extrema-direita e a da extrema-esquerda». A segunda «impondo-se pelo terror», auxilia os objetivos da primeira, que é a «restauração monárquica». Por isso, ser nacionalista é «ser teimosamente republicano e teimosamente honesto»; é ser «inimigo da esquerda e igualmente inimi-

40 Cf., *O Porvir*, 17.10.1925, 1.
41 Cf., *O Porvir*, 7.11.1925, 2.
42 *Democracia do Sul*, 22.8.1925, 4.
43 *Diário de Lisboa*, 14.10.1925, 8.
44 *Democracia do Sul*, 11.10.1925, 5.
45 *Democracia do Sul*, 13.10.1925, 1.
46 *O Século*, 12.10.1925, 3.

go da direita». Discursaram depois vários dirigentes nacionais, tendo o nacionalista arraiolense José de Mira Amaral terminado a sessão com uma ideia que percorreu todo o comício nacionalista: «a República não é exclusivo duma classe, não é dos ricos nem dos pobres, mas de todos e para todos os portugueses»[47]. Terminada a sessão foi oferecida a todos os visitantes um almoço volante na sala de baile da Sociedade Recreativa Arraiolense.

Posteriormente todos os convidados rumaram a Évora, onde à noite se realizou o último comício desta jornada nacionalista. O teatro Garcia de Resende encontrava-se literalmente cheio «de pessoas de todas as classes e de ambos os sexos»[48]. *A Batalha* referiu que «as entradas no teatro eram só consentidas mediante a apresentação de um cartão-convite o que deu lugar a que muita gente se indignasse». Porém, muitos operários conseguiram «depois entrar para a plateia»[49]. Iniciou a sessão de propaganda o líder local do PRN, Alberto Jordão Marques da Costa, que apresentou os oradores e apelou à correção e à civilidade de todos os participantes no comício. Quando se referiu a Cunha Leal, ouviram-se «protestos dum pequeno número de indivíduos que entre a assistência se haviam espalhado». Porém, «o auditório em peso» aclamou «Cunha Leal calorosamente». Restabelecido o silêncio Alberto Jordão lamentou o sucedido. No entanto, ouviu-se «um sussurro e uma voz: viva José Domingues dos Santos! Centenas de vozes: abaixo! Bandidos! Canalhas!». Alberto Jordão continuou afirmando que o PRN era acusado por uns de estar «ao lado dos exploradores contra os explorados»; esses «pelo contrário, dizem-se ao lado dos explorados contra os exploradores». Alberto Jordão estava-se a referir à Esquerda Democrática que segundo ele pretendia «atear a guerra entre operários e patrões»[50], prestando assim, um mau serviço à República. *A Batalha* relatou o início da sessão política nacionalista, com algumas *nuances* em relação ao órgão local do PRN. Para o «porta-voz da organização operária portuguesa» os «primeiros gritos de *abaixo a pena de morte*, *fora* e *morra* ecoaram» por todo teatro, «após a afirmação de um orador, de que os operários eram exploradores dos patrões, quando não cumpriam o seu dever, como se o seu dever não fosse cumprido com um horário de 8 horas e um salário tão insignificante que mal chega para comer»[51]. Posteriormente tomou a palavra Pedro Pita que viu o seu discurso ser várias «vezes interrompido com apartes violentos que vinham de alguns camarotes de 2.ª e 3.ª ordem e geral»[52]. Este dirigente nacionalista disse estar há muito habituado à ideia de liberdade e não se transtornava «pelo ruído de dois pés batendo no chão». Na sua opinião «explorados são os que se deixam arrastar pelas promessas dos exploradores (aplausos). Ser republicano não é fazer uso de gravata encarnada e verde, nem simplesmente encher a boca com essa palavra: é ter respeito pela liberdade dos outros». Pedro Pita continuou a sustentar algumas ideias defendidas pelo PRN e condenadas pelos seus inimigos: «A pena de morte só assusta os que dela têm medo; os que não tencionam ser criminosos não a receiam (aplausos vibrantes)». E acrescentou ainda, «a especulação exercida em volta da decisão do tribunal da sala do Risco é monstruosa». Ouviu-se então uma voz: «*e os deportados?*» O orador respondeu: «Mas fomos nós que os mandamos para a África? (*aplausos entusiásticos*). Ouviu-se então outra voz: *o que querem é votos*». Domingos Vítor Cordeiro Rosado levantou-se indignado e dirigindo-se ao interpelante e disse: «*O seu não o quero!*». Pedro Pita prosseguiu e declarou «ter-se oposto, no Parlamento e em nome do PRN, às deportações, e se elas se deram vão os protestantes pedir responsabilidades aos seus irmãos em crenças (*apoiados e pateada*)». Por fim, o tribuno agradeceu as manifestações positivas e negativas que estavam a ocorrer, pois dispensava «aplausos de semelhante gente»[53]. Cunha Leal, o próximo orador, foi «recebido com uma grande ovação, palmas e vivas, e *pateadas* dos tais indivíduos que ali foram desempenhar o *frete* de perturbar a ordem». Foram ainda lançados «alguns manifestos da União do Sindicato Único Metalúrgico em que se salientavam o seu desagrado pelos republicanos»[54]. Na opinião de Cunha Leal, os indivíduos que estavam fazendo a pateada não queriam que ele viesse a Évora e divulgaram o rumor de que ele não se deslocaria a esta cidade alentejana. Esta «dúzia de díscolos pretendia amordaçar a liberdade que uma população honrada lhes concedera ainda há pouco. Pois hão-de ouvir-me». Segundo Cunha Leal, o ataque que estava a sofrer devia-se ao facto de defender «a pena de morte num país onde se deixam bombas ao abandono para vitimar crianças inocentes!». Afirmou ainda que os nacionalistas não vinham pedir votos. Pediam sim «respeito pelos políticos de hoje»; os votos «dêem-nos a quem quiserem». Para terminar atestou que havia «pessoas que, achando pouco escabrosos os problemas políticos da nação, pretendem nesta terra pôr as classes em guerra mútua! Esses são os *esquerdistas*, que querem o terror para dominarem pelo terror a sociedade portuguesa». Os nacionalistas pelo contrário, para colocarem em prática a sua política necessitavam «do apoio da nação». Cunha Leal ainda acreditava «nas virtudes da raça, e em melhores dias para a nacionalidade». Por isso terminou bradando «Viva a Pátria! Viva a República!» A assistência manifestou a sua concordância às afirmações de Cunha Leal com aplausos, «não faltando a contra manifestação dos *pés… esquerdistas*». António Ginestal Machado, presidente do directório do PRN, defendeu que «à desordem se opunha o sentimento da ordem. O PRN não foge de Évora com receio dos protestos duma dúzia de rapazolas inconscientes. Não!». Era necessário afirmar «os princípios ordeiros para que em Portugal se possa viver.

47 *Democracia do Sul*, 13.10.1925, 1-2.
48 *Democracia do Sul*, 13.10.1925, 2.
49 *A Batalha*, 15.10.1925, 3.
50 *Democracia do Sul*, 13.10.1925, 2.
51 *A Batalha*, 15.10.1925, 3.
52 *Notícias de Évora*, 13.10.1925, 1.
53 *Democracia do Sul*, 13.10.1925, 2.
54 *Notícias de Évora*, 13.10.1925, 1.

A ordem é a condição essencial da vida dum povo». O PRN sabia o que queria: «a ordem, o bem da nação e a harmonia entre as classes». Lamentava ter havido quem não quisesse permitir a sessão e terminou lançando a seguinte questão: «Então Cunha Leal, o homem que defendeu o seu inimigo político, haveria de calar-se? E Vasconcelos e Sá, que combateu contra os alemães, que ajudou a República, não haveria de falar? E isto porque uma dúzia de díscolos se lhes opunham? Isto ficaria mal, muito mal. Mas não é a esses senhores, é a quem cá os mandou... (aplausos vibrantes)». Domingos Vítor Cordeiro Rosado usou da palavra para deixar bem «vincada a sua mágoa pelo que ali se passou enquanto falavam dos oradores antecedentes». Salientou que «esses ignorantes que aí vieram protestar contra as deportações deviam tê-lo feito há duas semanas, quando outros homens ali se apresentaram [referência aos esquerdistas], porque foi o Governo democrático do Sr. Vitorino Guimarães quem mandou para África os bombistas e quejandos»[55].

Depois de terminar a sessão, os convivas dirigiram-se para a Escola Primaria Superior, onde houve um jantar de homenagem aos nacionalistas vindos de Lisboa presidido por António Ginestal Machado[56].

Os jornalistas que acompanharam estas sessões sublinharam sempre que elas tiveram a presença de «todas as classes». Os dirigentes nacionalistas acentuaram sempre a ideia que o PRN e a República eram de «todos os portugueses e para todos os portugueses». Se o PRN tinha aspirações a tornar-se o mais importante da República, tinha de ser um partido de massas e não de fações, tinha de ter uma composição social heterogénea[57] e um discurso abrangente. Só assim poderia lutar contra o predomínio do PRP, que após a dissidência da Esquerda Democrática virara ao centro[58].

Os membros do Diretório António Ginestal Machado e Pedro Pita deslocaram-se no final de Outubro a Portalegre, onde realizaram uma conferência de propaganda eleitoral no Teatro Portalegrense. Contudo, este comício teve menor expressão na imprensa do que o realizado em Évora[59].

Em Aljustrel, o candidato a deputado pelo Partido Republicano Nacionalista, António Lobo de Aboim Inglês, recebeu o testemunho de Brito Camacho, que praticamente lhe garantia a eleição. Daí ter feito uma campanha eleitoral bastante tranquila, limitando-se a distribuiu um manifesto de cariz conciliador que procurava cativar um eleitorado moderado[60].

A cisão do PRP no Verão de 1925 teve um forte impacto no Alentejo. Em Évora e Beja uma grande parte dos dirigentes e dos seus membros foram irradiados do PRP e aderiram à Esquerda Democrática[61]. Os Centros Democráticos Republicanos de Évora e Beja passaram a apoiar a Esquerda Democrática. O mesmo sucedeu com o jornal eborense do PRP, *O Democrático*; em 22 de Outubro de 1925 surgiria um novo jornal em Beja, *Ala Esquerda*, também órgão da Esquerda Democrática[62]. Já *O Porvir* continuou a defender os ideais dos «bonzos» ou «direitistas»[63].

No dia 27 de Setembro de 1925 a Esquerda Democrática realizou a sua primeira manifestação pública em Évora. Este comício tinha o objetivo de homenagear o Dr. Jorge Barros Capinha, antigo governador civil desse distrito e destacado membro deste novo partido na cidade. Assistiram a esta festa os mais importantes dirigentes nacionais da ED, destacando-se o Dr. José Domingues dos Santos. Esta jornada republicana teve uma sessão política no Teatro Garcia de Resende e um banquete de homenagem ao Dr. Jorge Capinha[64].

Os esquerdistas realizaram um comício político na Azaruja no dia 23 de Outubro de 1925 para apresentarem os seus candidatos ao círculo de Évora (Luís Guerreiro e João Pedro Dos Santos). Jorge Capinha foi o primeiro político a tomar a palavra. Após apresentar os candidatos da Esquerda Democrática, criticou «a grande imprensa, nomeadamente *O Século*, acusando-o de fazer o jogo da alta finança». João Pedro dos Santos referiu-se às deportações dos legionários vermelhos. Esta situação revoltava a sua «consciência de libertário», uma vez que estavam a ser deportados «indivíduos sem serem julgados». Nesta sessão política, Ezequiel Correia, membro da comissão municipal do Partido Republicano Nacionalista, pediu a palavra à presidência da mesa. Porém, após iniciar a sua intervenção gerou-se um barulho tal na sala que não foi possível ouvi-lo, tendo parte da assistência bradado vários insultos e gritado «fora»[65].

No dia 30 de Outubro de 1925, realizou-se uma sessão política dos «canhotos» em Montemor-o-Novo. O comício realizou-se no cinema *Talma*, tendo participado Jorge Capinha, Luís Guerreiro, João Pedro dos Santos e alguns dirigentes locais[66]. Foram defendidos os ideais do *canhotismo* propagandeados pelo jornal *O Mundo*. No almoço que se seguiu salientou-se o dis-

55 *Democracia do Sul*, 13.10.1925, 2. Cf., *Notícias de Évora*, 13.10.1925, 1-2

56 Veja-se uma descrição mais alargada desta jornada de propaganda eleitoral do Partido Republicano Nacionalista em: Baiôa, 2000: 46-57; Baiôa, 2015: 279-290.

57 O PRN procurava ter nos próprios órgãos diretivos locais personalidades de vários quadrantes sociais. Cf., Baiôa, 2000: 305-309.

58 Em termos ideológicos os esquerdistas tornaram-se os principais os adversários políticos dos nacionalistas. Para Alberto Jordão Marques da Costa, líder nacionalista eborense, o conflito social entre «exploradores e explorados» era equacionado pelo seu partido de uma forma «simples mas diferente daquele que o *canhotismo* apregoa aos quatro ventos, na mira de fomentar a luta de classes. Disso afastamo-nos nós. Na nossa maneira de ver [...] há exploradores entre os homens do capital, da industria, do comercio, do professorado, do funcionalismo público e também entre o operariado» (*Democracia do Sul*, 16.10.1925, 1).

59 *A Rabeca*, 8.11.1925, 2.

60 *A Pátria*, 26.10.1925, 2.

61 *Ala Esquerda*, 29.10.1925, 2; *Democracia do Sul*, 21.8.1925, 4.

62 Cf., *Ala Esquerda*, 29.10.1925, 2; *idem*, 5.11.1925, 1-2; *O Democrático*, 25.4.1926, 1.

63 Designações dadas pelos esquerdistas aos democráticos. Cf., *Ala Esquerda*, 5.11.1925, 2.

64 Cf., *O Democrático*, 1.10.1925, 1-2. Veja-se um relato alargado desta jornada republicana em: Baiôa, 2000: 76-78.

65 *Democracia do Sul*, 25.10.1925, 8.

66 Estes políticos realizaram ainda outra sessão de propaganda política em Estremoz. Cf., *O Democrático*, 5.11.1925, 3.

curso do tesoureiro da Câmara Municipal, Sr. Lopes Tavares, grande proprietário, que disse estar pronto «a ceder à divisão das propriedades que possui»[67].

A Esquerda Democrática apresentou-se ao sufrágio numa «Lista Popular» que incluía o antigo deputado do PRP pelo círculo de Beja, Pedro Januário de Vale Sá Pereira e o funcionário do PCP e redator principal de *O Comunista*, Manuel Ferreira Quartel[68]. No dia 22 de Outubro realizou-se em Beja, no Centro Republicano Democrático Bejense, um comício de apresentação de Sá Pereira. Presidiu à sessão o professor Manuel Marques Serrão que se referiu ao antigo deputado democrático como «um grande exemplo, no meio corrupto em que vivemos, de civismo e moralidade. É dos poucos deputados, que diretamente ou indiretamente não está a soldo da alta banca, das companhias monopolistas ou dos exploradores e traficantes do património nacional». Sá Pereira, na sua intervenção, resumiu os temas que o iam guiar se fosse eleito deputado na próxima legislatura. Começou por criticar alguns dos últimos governos da República, pois «por uma errónea compreensão das leis do equilíbrio social e falsa interpretação dos interesses coletivos, têm-se posto ostensivamente ao lado da classe capitalista contra as forças produtoras do país». Defendeu a proteção da indústria corticeira, e denunciou a mudança da pauta aduaneira sobre a importação de algodão que apenas beneficia um «milionário eleiçoeiro do Porto». Sobre a questão dos latifúndios defendeu que não se pretende «atacar o direito de propriedade. O que se pretendia era «condicionar a sua posse», para que «ela possa gradualmente ir passando para a mão daqueles que a trabalham e valorizam». Em relação à educação a sua ação iria pautar-se por conseguir «tornar a instrução gratuita»[69].

No dia 4 de Outubro teve lugar em Arraiolos uma das maiores manifestações políticas do *canhotismo*. Participaram, os candidatos a deputados pelos círculos de Estremoz e Évora, Jorge Capinha, Luís Guerreiro e João Pedro dos Santos, e o líder nacional dos esquerdistas, José Domingues dos Santos. O jornalista que relatou o comício dirigiu-se especialmente aos operários e aos trabalhadores rurais, considerando que só a Esquerda Democrática podia defendê-los contra as forças conservadoras[70]. Os esquerdistas queriam cativar os operários e a ala «avançada» do republicanismo e colocaram os antigos caciques como um dos seus principais adversários[71].

Realizaram-se ainda comícios e sessões de propaganda da Esquerda Democrática em S. Manços, Vendinha, Estremoz, Portel, Arronches e Igrejinha. Nalgumas destas sessões estiveram presentes delegados dos comunistas, enquanto membros das ditas «Listas Populares»[72].

Os «canhotos» defendiam a integridade da República baseada no programa do antigo PRP do período da propaganda, do qual se reclamavam os seus mais dignos representantes[73]. Num artigo dirigido aos operários publicado em *O Democrático*, defendia-se que os 15 anos de República ainda não tinham sido suficientes para transformar Portugal, por isso vivia-se «em plena monarquia, quem manda são os *magnates da Moagem*, são os *banqueiros*, é o *alto Comercio*, os grandes industriais, a agricultura e finalmente os exploradores»[74]. Parecia claro quem amparava politicamente este grupo, colocando-se contra as classes trabalhadoras, e quem, pelo contrário, defendia os operários numa República em crise, com necessidade de se transformar num regi-

67 *Democracia do Sul*, 1.11.1925, 8.
68 Cf., *Ala Esquerda*, 5.11.1925, 1.
69 Sá Pereira, *Ala Esquerda*, 29.10.1925, 2.

70 O jornalista referindo-se à manifestação afirmou o seguinte: «A alma do povo honrado, do Povo que trabalha vibrou com tal intensidade, tão carinhosamente que definiu bem a ânsia da libertação a que aspira. [...] A população de Arraiolos, [...] mostrou que mais uma vez que não pactua com a reação conservadora que pretende asfixiar a República e algemar a Liberdade do Povo. Corações sedentos de pão, justiça e moralidade, gritaram bem alto o seu amor aos princípios republicanos, que em Portugal mercê do marombismo clássico dos *piolhos* republicanos que da monarquia vieram com todas as suas ambições, egoísmos e defeitos, têm deturpado por todas as formas o sublime Ideal da Democracia e envelhecido a própria República. [...] Povo de Arraiolos! Não te deixes enganar pelos inimigos da *Esquerda Democrática* porque são também teus naturais inimigos. Deposita a tua confiança na *Esquerda Democrática* porque só ela defende e sabe defender o Povo. Os outros partidos da República mancomunhados com as *forças vivas* e com os monárquicos querem fazer de ti o escravo de gleba sob fiscalização da força armada reduzindo-te à impotência para reagires contra a ditadura que no alto do seu estandarte negro tem esculpidas com o sangue do Povo a frase terrível - Pena de morte - como ameaça constante contra a vida de todos os que não pactuarem com os liberticidas do Poder. Povo de Arraiolos! Grande Povo! A *Esquerda Democrática* pretende apenas isto, que é tudo, que almas bem formadas aspiram: Estabelecer a paz e a harmonia entre todos os portugueses. Fazer desta República de porta aberta a todos os *souteneurs*, uma República digna e honesta, moralizadora e democrática rasgadamente liberal e protectora dos humildes. Fazer desta República onde imperam a finança, a moagem os monopólios e a alta imprensa reaccionária, uma República onde exista de facto a Soberania do Povo, sem sofismas e sem burlas. A *Esquerda Democrática* preconiza a escola única para todos os cidadãos, ricos ou pobres. A *Esquerda Democrática* quer estabelecer a felicidade relativa em todos os lares, o pão para todas as bocas, a alegria em todos os corações, a instrução em todos os cérebros, a tranquilidade em todos os espíritos e a confiança no futuro em todas as almas» (Francisco Marques Coelho, Carta aberta ao povo de Arraiolos, *O Democrático*, 5.11.1925, 3).

71 «O cacique! Eis o inimigo. É ele que pretende conservar o povo pobre e embrutecido para, dominando-o, melhor o explorar. É ele que coloca a cada canto da rua e em cada encruzilhada o caminho da taberna, o antro desmoralizador onde o povo se embrutece e se deprime. É ele que estabelece em cada terra, em cada aldeia a banca de jogo, a criminosa tavolagem, onde os operários e trabalhadores, arriscando as suas parcas férias perdem toda a independência económica, abastardando o carácter e aviltando o sentimento. É ele que se opõe à abertura das escolas para que os filhos dos proletários, conservando-se analfabetos, nunca cheguem a ser cidadãos. São eles, os caciques, que querem o povo aviltado pelo álcool, desmoralizado pelo jogo, inútil pela ignorância, para o levar às urnas como besta de carga que faz um frete, transportando sobre o dorso os seus donos e senhores. São estes os crimes dos caciques: fecham escolas e abrem lupanares» (Eleições, *Ala Esquerda*, 5.11.1925, 1).
72 *O Comunista*, 25.10.1925, 1.
73 *O Democrático*, 22.10.1925, 1.
74 *O Democrático*, 5.11.1925, 2.

me mais íntegro e equitativo[75]. Por outro lado, demarcavam-se da posição da Confederação Geral do Trabalho que aconselhava o operariado a não ir às urnas[76]. O que não obstou, porém, a que a Esquerda Democrática tivesse conseguido fazer acordos eleitorais com alguns sindicatos[77]. Os comunistas, que como se tem referido, apoiaram as candidaturas esquerdistas no Alentejo e no círculo de Beja, chegaram a acordo para apresentarem uma lista conjunta, denominada «Lista Popular». A Federação das Células do Distrito de Évora do Partido Comunista Português realizou sessões de propaganda com a Esquerda Democrática no dia 25 de Outubro de 1925 nas localidades onde tinha maior influência, nomeadamente a Vendinha e S. Manços[78]. Nestes comícios participaram o operário da ED Fernando Simões de Almeida, e os comunistas Adriano José Neto, trabalhador rural de S. Manços e os operários de Évora Joaquim Nogueira e José Neto. Os oradores defenderam a «necessidade da conquista do poder político pelas classes trabalhadoras»[79] e apontaram «os deputados da Esquerda Democrática como verdadeiros intérpretes das aspirações populares»[80]. Por fim foi ainda abordada a situação do jornal *A Batalha* que é «pago por trabalhadores», mas «está fazendo o jogo consciente dos reacionários em prejuízo dos mesmos trabalhadores»[81]. Por isso, foi «apresentada e aprovada uma moção de protesto contra a propaganda abstencionista de *A Batalha*». Um anarco-sindicalista de nome Chagas protestou contra esta moção. Porém, segundo o jornal *O Comunista* «levou uma trepa dada pelos camaradas Neto e Nogueira, que lhe há-de ficar de lembrança»[82].

A campanha eleitoral dos comunistas centrou-se na crítica ao anarco-sindicalismo pelo seu abstencionismo[83] e no perigo monárquico e fascista, que deveria ser combatido pela revolução e pela união das forças progressivas. Por fim, fizeram uma reprimenda «aos caciques dos partidos burgueses, principalmente aos democráticos». Os comunistas prometiam no manifesto intitulado «Aos camponeses trabalhadores», publicado no mensário órgão das células comunistas do distrito de Beja, *O Trabalhador Rural*, que votar nos comunistas era votar na «divisão das grandes propriedades por trabalhadores rurais e camponeses pobres», era votar no «crédito em dinheiro, sementes e alfaias agrícolas» e era votar «contra as exageradas contribuições». O manifesto avisava os camponeses que «a revolução bate-nos à porta», pelo que estes deviam «perder de vez o medo ao papão, ao cacique burguês e capitalista!». O mesmo terminava com as seguintes palavras de ordem: «As terras para quem trabalha! Viva o governo dos operários, dos soldados e dos camponeses pobres! Viva a Revolução Social! Viva o Partido Comunista! À urna pelos candidatos do Povo trabalhador e explorado»[84].

No círculo de Beja realizaram-se duas sessões de propaganda eleitoral. A primeira teve lugar no dia 1 de Novembro no teatro de Moura. Foi organizada pela célula comunista local, sendo presidida por Álvaro Fialho, secretário-geral da referida célula. O presidente da mesa deu a palavra a dois camaradas, Manuel Martins e Manuel Ferreira Quartel. O primeiro defendeu a necessidade dos «trabalhadores, e em especial a classe rural, se agruparem em volta da bandeira do Partido Comunista» única forma dos proletários conquistarem «o poder político» e se emanciparem «da burguesia exploradora». O segundo, que era o candidato do PCP pelo círculo de Beja, defendeu que os Parlamentos daquela época eram «pura e simplesmente a representação dos diversos grupos financeiros, comércio, indústria e agricultura, que ali mandam os seus representantes para defender única e simplesmente os seus interesses». Deu como exemplo «as deportações sem julgamento, levadas a efeito por governos reacionários» que não seriam tão fáceis de realizar se estivessem nessa época deputados operários que levantassem a sua voz»[85]. No dia 3 de Novembro realizou-se em Beja um novo comício organizado pela Federação das Células deste distrito. Manuel Ferreira Quartel voltou a insistiu nos mesmos temas que tinha abordado em Moura[86].

O «acordo» entre esquerdistas e comunistas foi muito criticado pelos sectores republicanos conservadores e por outras forças políticas da direita. O jornal nacionalista

75 «Quem escarnece e abocanha o povo que trabalha e produz para sustentar essa cáfila que só da sua exploração vive? Quem é finalmente que alcunha o povo de corja, choldra e tantos outros epítetos? Povo! Não sabes quem são? São os teus verdadeiros inimigos, são aqueles que querem a continuação da tua escravatura, que desejam se mantenha a tua ignorância, a tua exploração, são aqueles que ainda à pouco te chamaram explorador do teu *algoz*, ao teu *Senhor*; são aqueles que por teres tido a coragem de protestares contra a pena de morte e contra uma possível ditadura à Primo de Rivera, te ultrajaram, chamando-te escumalha, cavalgadura e tantas outras sandices que a pena se recusa a escrever. Mas felizmente nem tudo está corrompido. Em Portugal existe ainda um grupo de homens de rija tempera que pondo de parte todo o seu comodismo e bem estar, vêm até ao povo expor-lhe a situação critica em que se encontra a República e gritar-lhe para que a salvemos do caos em que está prestes a cair. Esses homens são os que compõem a Esquerda Democrática e têm à sua frente o Dr. José Domingues dos Santos, que alguma coisa fizeram já, como a imediata liberdade de presos há mais de 8 dias sem culpa formada, a extinção do monopólio dos fósforos, a verdadeira liberdade de reunião e a sua benévola atitude em benefício dos explorados. Esses homens vivem; vêm para a luta dispostos a defenderem o povo duma premeditada ditadura que será um facto se lhe dermos o nosso verdadeiro apoio. Povo: a luta é de vida ou de morte; se eles forem vencidos ai de nós, teremos que sofrer as consequências duma perseguição vil e atroz. Povo: desperta para a luta, abre os olhos e vê, dum lado, os teus algozes, os teus exploradores unidos para vencerem; do outro lado, os defensores das tuas já parcas regalias. Desperta da inação em que tens vivido e segue o caminho que a tua consciência te indicar. Nós como operários, temos traçado o nosso caminho: defender a nossa pouca liberdade que ainda existe, dando o nosso incondicional apoio aos homens que vão redimir a República fazendo dela um regime mais justo e equitativo» (*O Democrático*, 5.11.1925, 2).

76 *O Democrático*, 5.11.1925, 2.

77 A comissão instaladora do grémio livre dos funcionários publicou um comunicado sobre o acordo eleitoral que estabeleceu com a Esquerda Democrática. Cf., *O Democrático*, 8.11.1925, 4.

78 Cf., *O Comunista*, 8.11.1925, 2; *O Democrático*, 1.11.1925, 4.

79 *O Comunista*, 8.11.1925, 1.

80 *O Democrático*, 1.11.1925, 4.

81 *O Mundo*, 31.10.1925, 2.

82 *O Comunista*, 8.11.1925, 2.

83 *O Trabalhador Rural*, 8.11.1925, 1.

84 *O Trabalhador Rural*, 24.10.1925, 2. Cf., Queirós, 2008: 113-114.

85 *O Comunista*, 8.11.1925, 1-2. Cf., Queirós: 2008: 113-114; Piçarra, 2010: 74.

86 *O Comunista*, 22.11.1925, 3. Cf., Queirós: 2008: 113-114; Piçarra, 2010: 74.

eborense *Democracia do Sul* contestava esta «aliança» e considerava incompreensível que os esquerdistas «enquanto republicanos e portanto estatistas» estivessem «mancomunados com comunistas ou bolchevistas, inimigos declarados do Estado e da constituição social dos nossos tempos. É inconcebível tal conúbio, mas a verdade é que ele se observa na propaganda realizada». Os nacionalistas criticaram ainda as afirmações realizadas pelos esquerdistas numa freguesia rural do concelho de Évora, uma vez que estes tinham prometido:

> «uma divisão de terras no dia em que o Sr. José Domingues ascenda ao poder. E o certo é que alguns eleitores daquelas redondezas estão convencidos de que, votando nos candidatos canhotos passarão a proprietários do que é pertença alheia no dia cada vez mais afastado em que o *canhotismo* for poder»[87].

O Partido Democrático / Partido Republicano Português (PRP) ficou bastante debilitado no círculo de Évora pela dissidência da Esquerda Democrática. Não tendo nenhum órgão de informação na capital deste distrito, chegaram-nos poucas informações sobre as suas atividades de propaganda eleitoral. Não obstante, o PRP realizou um comício no cinema Talma, em Montemor-o-Novo. Jaime Brejo, líder democrático local e presidente da Câmara Municipal, presidiu à sessão política. Participaram neste evento político, João Luís Ricardo, Marcial Ermitão e Manuel Fragoso, candidato a deputado pelo PRP no círculo de Évora. A *Democracia do Sul* informou que os políticos democráticos tinham reduzido «às proporções devidas as catilinárias que na passada semana ali foram proferidas pelos propagandistas do canhotismo, cujo valor é nulo naquela localidade»[88]. Este apoio do diário nacionalista tem de ser enquadrado pelo acordo eleitoral que foi estabelecido no círculo de Évora entre estas duas forças políticas.

Os delegados das comissões municipais do PRP do círculo eleitoral de Beja reuniram no Governo Civil no dia 19 de Outubro e decidiram escolher como candidatos Paulo Limpo de Lacerda e Henrique Augusto da Silva. Os órgãos locais do PRP receberam uma carta de José Romão dos Santos Ferro, manifestando o desejo de ser candidato a deputado pelo PRP pelo círculo de Beja, mas tal pretensão não foi aceite, embora fossem louvadas as suas «altas qualidades de carácter e inteligência»[89]. Nesse mesmo dia, Santos Ferro, publicou um artigo de opinião no jornal bejense, *A Pátria*, intitulado «Política de Hoje», onde expôs algumas das suas ideias para renovar a elite política do Congresso e para reformar a República:

> «Não pode continuar o espetáculo vergonhoso de um parlamento composto por acionistas de grandes empresas e por empregados de casas bancárias. Há, portanto, que elaborar uma rigorosa lei de incompatibilidades. Há também que alargar o sufrágio e dar representação política a todas as correntes de opinião»[90].

José Romão dos Santos Ferro acabaria por avançar com a sua candidatura a deputado, apresentando-se como «regionalista».
No dia 7 de Novembro, um dia antes das eleições, o candidato a deputado pelo PRP no círculo de Beja, Henrique Augusto da Silva, deu uma entrevista ao jornal, *O Porvir*, tentando cativar o eleitorado da ala esquerda do republicanismo, que poderia ser seduzido pela Esquerda Democrática. Henrique Augusto da Silva lamentou que alguns dos seus amigos tivessem abandonado o PRP, pois teria sido preferível constituir uma corrente política e lutar «pelas reformas de carácter económico-social [...] dentro do partido», pois essas reformas «estão no seu programa e também no ânimo de todos os que, respeitando a vontade da maioria, acatam as decisões do Directório». Defendeu que era necessário melhorar «as condições de trabalho, facultando aos trabalhadores as possíveis vantagens, dentro da nossa organização político-social». Porém, reconheceu que «o operariado se vê tratado como um réprobo: sem casa, sem assistência na doença e na velhice, sem preparação técnica, sem condições de trabalho, que lhe permitam divisar um futuro melhor, para ele e para os seus filhos. Um trabalho assim, sem conforto e sem esperança, desinteressa-o, e produz, o menos possível. O nosso operariado é, de todo o operariado da Europa, o que usufrui de menores vantagens!». Por isso, sustentou que o Estado devia concentrar os seus recursos em «fomentar a riqueza e proteger o trabalho», dando à «assistência pública uma feição de mutualidade obrigatória». Em relação às questões locais defendeu a necessidade de criar uma «escola de ensino elementar, agrícola e colonial, em qualquer herdade, no nosso distrito, e transformar a Escola Primária Superior de Beja, em escola industrial e comercial»[91].
No círculo de Portalegre os candidatos do PRP, João José da Conceição Camoesas e Baltazar de Almeida Teixeira, realizaram sessões de propaganda em todos os concelhos na semana anterior às eleições. O comício na capital de distrito decorreu no Teatro Portalegrense, seguindo-se um copo de água no clube republicano[92].
A União dos Interesses Económicos (UIE) programou ao longo do ano de 1925 várias sessões de propaganda para Évora. Porém, nenhuma veio a realizar-se, por motivos diversos, mas que não serão estranhos à animosidade que a UIE suscitava nos sectores da esquerda radical. A UIE também marcou uma sessão de propaganda política na Associação Comercial de Beja para o dia 2 de Novembro, mas o ambiente hostil face às «forças vivas», aconselhou o seu cancelamento[93].
Em Évora a propaganda política deve ter sido feita de uma forma personalizada através da Associação Comercial e Industrial e através do Sindicato Agrícola, já que a quase totalidade dos seus órgãos diretivos eram

87 *Democracia do Sul*, 4.11.1925, 1.
88 "Propaganda eleitoral", *Democracia do Sul*, 5.11.1925, 4.
89 *Ala Esquerda*, 29.10.1925, 2; *idem*, 5.11.1925, 2.
90 *A Pátria*, 19.10.1925, 1.
91 Henrique Augusto da Silva, *O Porvir*, 7.11.1925, 1.
92 *A Plebe*, 8.11.1925, 2; *A Rabeca*, 8.11.1925, 2.
93 *O Porvir*, 7.11.1925, 1.

membros das comissões políticas da UIE[94]. O seu candidato a deputado por este círculo, Joaquim Nunes Mexia, era um lavrador muito conhecido na região, não necessitando de uma apresentação formal. Ainda assim, Joaquim Nunes Mexia participou em Lagos, no dia 11 de Outubro de 1925, numa sessão de propaganda com Levy Marques da Costa. Joaquim Nunes Mexia no seu discurso pôs em relevo a crise da agricultura portuguesa. Na sua opinião faltavam técnicos profissionais, crédito e ordem à agricultura portuguesa. Esmiuçou ainda o problema político nacional e analisou a constituição do Parlamento português, confrontando-o com o britânico. Referiu que «enquanto na Inglaterra, no seu Parlamento, as classes organizadas» tinham «uma representação numérica de 80 por cento, em Portugal esses 80 por cento dos parlamentares» eram «funcionários públicos e militares!». Por último, referindo-se à questão social, disse que embora distinguisse as funções do operário e do patrão, ambos deviam trabalhar em conjunto com a mesma finalidade – «valorizar o trabalho e produzir riqueza»[95].

Em Portalegre, a UIE contava com o apoio do jornal *O Districto de Portalegre*, uma vez que o seu diretor, Severino de Santana Marques, se candidatou a deputado por esta organização política nesse círculo[96]. Este jornal também apoiou as candidaturas monárquicas no Alto Alentejo. Ainda assim, não foi possível realizar sessões de propaganda da União dos Interesses Económicos e do Partido Monárquico nesta região.

Pelo que se sabe, o Partido Republicano Radical (PRR) não realizou uma campanha eleitoral muito visível. Não dispondo de um órgão de informação no Alentejo e não tendo tido a presença dos seus candidatos «lisboetas» em Évora, a divulgação dos seus ideais políticos deve ter ficado a cargo dos dirigentes locais, que certamente devem ter realizado algumas sessões e reuniões no centro político do PRR de Évora que foi inaugurado no final do mês de Agosto de 1925[97]. Em Portalegre, os radicais realizaram uma sessão no final do mês de Outubro, que teve lugar no Teatro Portalegrense e contou com a presença de Martins Júnior, fundador do semanário *O Libertador* e de Justiniano Esteves, tenente-coronel do exército[98].

A União dos Sindicatos Operários (USO) de Évora, seguindo a orientação da Confederação Geral do Trabalho (CGT), defendeu o abstencionismo no ato eleitoral de 1925[99]. O núcleo das juventudes sindicalistas de Évora organizou uma sessão de propaganda antipolítica que decorreu no dia 14 de Outubro na sede da USO. Esta sessão teve «uma regular assistência». O seu objetivo era contrariar a «doutrina expedida no comício nacionalista por oradores daquele partido». Fora anunciada a presença de um orador do PRN que se tinha referido às classes proletárias na sessão de propaganda dos nacionalistas. Que, porém, não esteve presente, «em virtude de alguns afazeres o impedirem. Apesar disso, a sessão manteve-se, usando da palavra vários oradores que fizeram um ataque violentíssimo à política nacionalista, assim como ao autor da lei da pena de morte». Ficou ainda decidido realizar «um comício público de tribuna livre»[100] no Teatro Garcia de Resende, no dia 18 de Outubro, para contradizer as afirmações ali realizadas pelos nacionalistas. Este comício acabou por ser adiado para o dia 6 de Novembro e transferido para a sede da União dos Sindicatos Operários. A mudança deveu-se ao facto da empresa que geria o teatro ter recusado ceder esse espaço[101]. Presidiu a esta sessão Francisco Cascalho, sendo secretariado por Jacinto Baptista e por José de Encarnação. António Pato tomou a palavra e referiu-se «ao facto de o comício se não realizar no referido teatro, acrescentando que não convinha ao Sr. Alberto Jordão e quejandos que o mesmo se realizasse, pois que a classe trabalhadora, procurando desagravar-se das afrontas feitas por aquele político e por Cunha Leal, inevitavelmente o obrigaria a perante os trabalhadores justificar-se dos insultos proferidos». Salientou ainda a «forma como foram feitas as deportações de operários honestos e a manutenção no cativeiro de muitos outros trabalhadores sem culpa formada e insurge-se contra todos os políticos, terminando por aconselhar os operários a não votarem». O delegado da CGT analisou «as afrontas feitas à classe trabalhadora, escalpeliza ponto por ponto as referências feitas, defendendo o recurso da luta de classes, e diz que a CG., fiel aos seus princípios e às resoluções dos congressos operários, é anti-colaboracionistas e por consequência é anti-parlamentarista e, por isto mesmo, não aconselha a que os trabalhadores acorram às urnas». Francisco Zorra lamentou «que ainda haja operários que se deixem levar pelo messianismo político, que se apresentem como avançados. Afinal, o povo tem recebido bem duras lições de todos os políticos, que são motivo mais do que suficiente para os não tomar a sério». Santana Barbara insurgiu-se contra os políticos e relembrou a atitude de Alberto Jordão (deputado do PRN pelo círculo de Évora) e Manuel Fragoso (deputado do PRP pelo círculo de Évora), que no «parlamento foram os maiores causadores da condenação de Manuel Ramos». A sessão terminou «entre vivas à C.G.T. notando-se uma grande indignação contra os políticos»[102].

As candidaturas independentes cresceram consideravelmente nestas eleições. Contudo, a maioria não conseguiu realizar uma campanha eleitoral eficaz e consistente. Apenas António Correia conseguiu alguma visibilidade e projeção, tendo o apoio do jornal, *A Cidade*[103]. Apresentou-se como candidato pelo círculo de Portalegre, onde já tinha sido eleito deputado pelo Partido Republicano Liberal em 1921. Este proprietário e advogado realizou uma sessão de propaganda na semana anterior às eleições, onde criticou duramente os candidatos do PRP[104]. Durante a campanha eleitoral, An-

94 Cf., Baiôa, 2000: 79-81, 298-301 e 326-328.
95 *O Século*, 12.10.1925, 2.
96 Cf., *O Districto de Portalegre*, 28.9.1925, 1.
97 Cf., *Democracia do Sul*, 26.8.1925, 4.
98 *A Rabeca*, 8.11.1925, 2.
99 Sobre a posição da CGT face às eleições veja-se: *A Batalha*, 28.10.1925, 1; *idem*, 30.10.1925, 1; *idem*, 4.11.1925, 1.
100 *A Batalha*, 18.10.1925, 3.
101 Esta decisão poderá relacionar-se com o facto da empresa que administrava o Teatro Garcia de Rezende estar sob a tutela da Câmara Municipal de Évora, presidida em 1925 pelo líder nacionalista, Alberto Jordão Marques da Costa.
102 *A Batalha*, 10.11.1925, 4.
103 O jornal *A Cidade* foi publicado em Portalegre e apenas editou dois números: 1.11.1925 e 8.11.1925.
104 *A Plebe*, 8.11.1925, 1.

tónio Correia e o candidato do PRP, Baltazar de Almeida Teixeira, reivindicaram para si, em exclusividade, o poder de influência decisivo sobre o governo, e em particular do ministro da Instrução Pública, Rodolfo Xavier da Silva, para conseguir uma série de subsídios para as escolas do distrito de Portalegre[105].

Ter poder de influência no «Terreiro do Paço» era tido como decisivo para obter a eleição e por isso os candidatos publicitavam a sua capacidade de obter subsídios e obras para a sua região. Por isso os candidatos do PRP, João José da Conceição Camoesas e Baltazar de Almeida Teixeira, publicitaram uma reunião com o ministro do Comércio e com o administrador geral das estradas, onde alegadamente teriam assegurado importantes verbas para a reparação de várias estradas do círculo eleitoral de Portalegre[106].

4. Acordos, irregularidades, fraudes e violências

Embora tenham surgido nestas eleições alguns sinais que apontam para uma maior disputa eleitoral e para um maior pluralismo nalguns círculos, na verdade, os resultados eleitorais continuavam a depender mais das negociações de poder entre os notáveis do que da soma das vontades individuais. Vencer as eleições em Portugal nos anos vinte tinha a sua «ciência» e «arte». Para além do recurso a alianças embaraçosas em termos ideológicos, mas legais, as vitórias eleitorais conseguiam-se cumprindo uma série de etapas sequenciais, nomeadamente a falsificação do recenseamento eleitoral, os acordos ilícitos, a «compra» de votos, a violência eleitoral, a fraude, e por fim, as decisões tendenciosas das assembleias de apuramento e das comissões de verificação de poderes[107].

A luta eleitoral aberta levantava uma série de incertezas, problemas, transtornos e despesas. Muitas vezes era mais cómodo e vantajoso fazer um «acordo». Esta prática significava uma partilha de votos entre os caciques, pelo que não havia «eleição» de deputados, mas «nomeação» de deputados. O acordo era estabelecido entre todas as candidaturas, que combinavam previamente o resultado final da eleição. Nestes círculos, em vez de se fazerem eleições, escreviam-se atas eleitorais. Este tipo de pactos podiam ser feitos para todo o círculo, mas era mais comum ser decidido para cada concelho ou freguesia. Para as eleições de 1925 foram já assinalados vários acordos deste tipo[108]. Contudo, para o Alentejo ainda não foram identificados este tipo de pactos.

Todavia, nesta região ocorreram uma série de irregularidades, fraudes e violências[109]. No dia 3 de Novembro houve uma «cena de pugilato» entre os candidatos a deputado pelo círculo de Portalegre, Baltazar de Almeida Teixeira (PRP) e Severino de Santana Marques (UIE). Estes políticos eram diretores de dois dos principais jornais de Portalegre, *A Plebe* e *O Districto de Portalegre*. O incidente ocorreu na rua 19 de Julho, em Portalegre, e teve como causa «motivos políticos e uma troca de palavras azedas»[110]. Devido à algazarra provocada pelas agressões, acabou por juntar-se muita gente a assistir, tendo os dois rivais acabado por ser separados por outros dois políticos, João Camoesas e João de Brito. Segundo *O Districto de Portalegre*, o seu diretor (Severino de Santana Marques) foi prevenido por amigos sobre uma campanha «infame, torpe e caluniosa» que contra si estava a ser publicada n' *A Plebe*[111]. Perante esta situação Severino de Santana Marques «sabendo que estava na cidade o diretor da mesma folha conseguiu […] encontrá-lo, aplicando-lhe o devido corretivo»[112].

No dia das eleições ocorreram diversos problemas em algumas assembleias eleitorais. Em Montemor-o-Novo faltaram o presidente e o vice-presidente da mesa. Em Estremoz, devido ao assalto à assembleia eleitoral, as listas foram inutilizadas[113]. Houve ainda queixas de eleitores que se dirigiram à mesa eleitoral para exercer o seu direito de voto, mas o seu nome não constava nos cadernos eleitorais, pelo que não puderam votar[114].

Em Portel houve denúncias de despedimento de trabalhadores por votarem na lista da Esquerda Democrática, compra de votos por vinho, comida ou dinheiro, chegando um voto a custar 250$00[115]. Contudo, era mais usual obter o apoio dos eleitores por meio de uma compensação. Entre elas destacavam-se a «recomendação» para um emprego público ou um «favor» na resolução de problemas com o Estado que o cacique conseguia obter para os seus «protegidos». O cacique conseguia estes benefícios para os seus «afilhados» devido aos bons contactos que possuía junto do aparelho de Estado[116]. Esta ação de intermediação dos notáveis locais e dos «influentes eleitorais» poderia ser decisiva para vencer as eleições nalgumas localidades. Por isso, A *Plebe*, atribuiu o fraco resultado do PRP na localidade da Urra ao caciquismo praticado por certos lavradores[117].

Em termos processuais também houve vários incidentes, tendo alguns candidatos apresentado protestos e contraprotestos. Em Portalegre os candidatos Mário Augusto Miranda Monteiro (PM), Baltazar d'Almeida Teixeira (PRP), de Santana Marques (UIE) e António Correia (Ind.) apresentaram protestos devido a algumas irregularidades. Em Elvas António Pais da Silva Marques (PRP) contestou a eleição de Rui de Andrade (PM) e de Eduardo

105 *A Cidade*, 8.11.1925, 4.
106 *A Plebe*, 1.11.1925, 1.
107 Lopes, 1994: 147-148; Queirós, 2008: 115-116; Queiroz, 2010: 63-94; Baiôa, 2015: 290-306.
108 Queirós, 2008: 115-116; Queiroz, 2010: 63-94; Baiôa, 2015: 290-306.
109 Cf., Queirós, 2008; 103-125; Queiroz, 2010: 63-94; Queiroz: 2012, 137-150; Baiôa, 2015: 252-317.
110 *A Cidade*, 8.11.1925, 3.
111 Na edição de 25 de Outubro de 1925, e em plena primeira página, *A Plebe* escreveu o seguinte sobre Severino de Santana Marques: «Sempre de mascara afivelada, este sr. promete não aumentar impostos nem anichar empregados. Está bem de ver que este sr. Sant'Ana Marques candidato a deputado, nada tem com aquele procurador à Junta Geral do Distrito de Portalegre que aumentou os impostos distritais e fez uma escandalosíssima nomeação para o mesmo corpo administrativo».
112 *O Districto de Portalegre*, 8.11.1925, 1.
113 *O Século*, 9.11.1925, 4; Cf., Queirós, 2008: 103-125; Queiroz: 2010, 63-94.
114 *A Pátria*, 13.11.1925, 1.
115 Queirós, 2008: 103-125; Queiroz: 2010, 63-94.
116 Veja-se o desenvolvimento do tema do clientelismo em: Baiôa, 2013: 317-329; Baiôa, 2015: 252-317.
117 *A Plebe*, 15.11.1925, 1.

Fernandes de Oliveira (UIE). Em Aljustrel Augusto da Fonseca Júnior (Regionalista) apresentou um protesto por supostas irregularidades na assembleia de S. Martinho das Amoreiras.

Os protestos foram analisados nas assembleias de apuramento e nas comissões de verificação de poderes, onde os candidatos tinham a última oportunidade para conseguir alterar os resultados eleitorais. As assembleias de apuramento e as comissões de verificação de poderes podiam cometer algumas arbitrariedades, como validar ou invalidar votos com nomes incompletos dos candidatos. Podiam ainda anular o resultado de algumas mesas de voto e validar o resultado de outras ou mandar repetir as eleições nalgumas localidades.

A assembleia de apuramento que decorreu em Portalegre no dia 15 de Novembro proclamou deputados João José da Conceição Camoesas (PRP), Baltazar de Almeida Teixeira (PRP) e Severino de Santana Marques (UIE). Os candidatos do PRP obtiveram apenas mais dois votos do que o candidato monárquico, Mário Augusto Miranda Monteiro. Este candidato apresentou várias reclamações, por considerar inválidos alguns votos obtidos pelos candidatos do PRP e por a assembleia de apuramento ter invalidado alguns votos com o seu nome. Protestou ainda por terem sido admitidos a votar indivíduos, com carta de eleitor, mas estranhos ao círculo de Portalegre[118].

A assembleia de apuramento que decorreu em Évora no dia 15 de Novembro deu um parecer favorável à validação dos resultados eleitorais que proclamavam deputados Alberto Jordão Marques da Costa (PRN), Joaquim Nunes Mexia (UIE) e Luís António Guerreiro Júnior (ED). Ainda assim, foi detetado um lapso numa ata eleitoral de Portel, dado que duas atas referiam que o candidato Manuel Eduardo da Costa Fragoso (PRP) tinha obtido 216 votos e uma ata referia que tinha obtido 316 votos. Segundo esta comissão, embora uma das cópias das atas da assembleia de Portel tivesse consignado 316 votos, tratara-se de um engano, na medida em que a original e a outra cópia tinham 216 votos, bem como o edital e a certidão do ato eleitoral do candidato Luís António Guerreiro Júnior. Por outro lado, segundo a mesma comissão, o exame do número de descargas existentes no respetivo caderno eleitoral e o elevado número de enganos levava a chegar à mesma conclusão: fora «apenas um erro»[119].

Depois da ratificação efetuada nas assembleias de apuramento, os resultados e os processos eleitorais eram finalmente analisados e validados em três comissões de verificação de poderes que se constituíam na câmara dos deputados. Estas comissões eram sistematicamente dominadas pelo partido que tinha vencido as eleições, e por isso defendiam normalmente os interesses do PRP. Ainda assim, e para evitar a perpetuação desta situação, o deputado monárquico, António Cabral, pediu a palavra na sessão parlamentar que antecedeu a eleição destas comissões para lembrar a:

> «conveniência de as comissões de verificação de poderes serem constituídas por forma a ficarem representados nelas todos os lados da Câmara [...]. Parece-me que quem mais conveniência tem nisso é a própria maioria, que assim daria uma prova do seu espírito de imparcialidade e justiça. V. Ex.as sabem que para as resoluções das comissões de verificação de poderes não há recurso; e, por isso, entendo que aquelas comissões deveriam ser constituídas pela forma que há pouco citei. Desta maneira já ninguém se poderia considerar ofendido ou lesado nos seus interesses»[120].

Ninguém respondeu ao repto e procedeu-se como sempre: constituíram-se listas com três nomes e realizou-se a votação. Contados os votos, o Partido Republicano Nacionalista elegeu dois deputados, enquanto o Partido Republicano Português conseguiu a maioria, elegendo três deputados para cada uma das três comissões de verificação de poderes[121]. Os outros partidos não conseguiram eleger nenhum representante para este importante órgão que validava a eleição dos deputados. A disputa dentro destas comissões era determinante para a eleição de alguns deputados. Numa das comissões foi decidido excluir um candidato do PRN em benefício do candidato do PRP no círculo de Coimbra, o que motivou o abandono dos representantes do PRN nas comissões de verificação de poderes, pois segundo a sua opinião:

> «os membros democráticos das comissões pretendem julgar os processos eleitorais ainda pendentes na preocupação apenas de aumentar uma representação parlamentar, eivada já de todos vícios, e sem respeito pelos direitos daqueles que foram na verdade eleitos»[122].

Após esta decisão, as ditas comissões ficaram entregues apenas a representantes do PRP. Ainda que não houvesse protestos formais vindos da assembleia de apuramento de Évora, a primeira comissão de verificação de poderes, que reuniu em Lisboa no dia 9 de Dezembro de 1925, invocando a contradição das atas, decidiu-se pela repetição das eleições em Portel[123]. Para o jornal *O Mundo*, tratou-se, de uma «conspiração preparada e engendrada pelo mestre revolucionário, sr. António Maria da Silva, chefe dos bonzos, acolitado pelo deputado sr. António Dias»[124]. As eleições voltaram a realizar-se no dia 28 de Fevereiro de 1926 e concorreram apenas os candidatos que ainda tinham hipóteses de conseguir ser eleitos, atendendo ao número de eleitores da assembleia de Portel: Manuel Eduardo da Costa Fragoso (PRP), Joaquim Nunes Mexia (UIE) e Luís António Guerreiro Júnior (ED). Nestas eleições Joaquim Nunes Mexia obteve 317 votos, Manuel Eduardo da Costa Fragoso 311 e Luís António Guerreiro Júnior 107, o que determinou a eleição dos

118 Cf., *O Distrito de Portalegre*, 22.11.1925, 1-2.

119 Arquivo Histórico Parlamentar, secção IX, caixa n.º 448, Assembleia de Apuramento - Parecer da Primeira Comissão.

120 *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão preparatória n.º 1, 2.12.1925, 3.

121 *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão preparatória n.º 1, 2.12.1925, 4.

122 *Acção Nacionalista*, 12.12.1925, 2.

123 Arquivo Histórico Parlamentar, secção IX, caixa n.º 448; Decreto n.º 11398 de 16.1.1926.

124 *O Mundo*, 16.12.1925, 1.

dois primeiros. Com a repetição, o candidato da Esquerda Democrática, Luís António Guerreiro Júnior, perdeu o lugar para o candidato do PRP Manuel Eduardo da Costa Fragoso. Os candidatos do PRP e da UIE aumentaram consideravelmente a sua votação no segundo escrutínio, beneficiando da ausência de candidatos do PRN[125].

5. Os resultados finais das eleições

Após a proclamação dos deputados pelas comissões de verificação de poderes, constatou-se que o PRP ganhara as eleições com maioria absoluta a nível nacional. Os três estudos disponíveis sobre estas eleições[126] apontam para um total de 83 a 84 deputados eleitos pelo PRP. Nestes três estudos os resultados apresentados para os restantes partidos também mostram ligeiras diferenças, conforme expomos no Quadro 1. Ainda assim, é claro em todos eles, que o Partido Republicano Nacionalista se manteve como o partido mais forte da oposição, embora tivesse perdido relevância, uma vez que elegeu apenas 33 ou 36 deputados. A terceira força política na Câmara dos Deputados passou a ser constituída pelos independentes (14 a 21 deputados), um grupo bastante fluido e a partir do qual alguns deputados acabariam por ingressar em diferentes partidos. A Causa Monárquica / Partido Monárquico conseguiu eleger sete ou oito deputados e constitui-se na quarta força política da Câmara dos Deputados. Já a quinta, a sexta e a sétima forças políticas eram constituídas pela Esquerda Democrática (seis deputados), União dos Interesses Económicos (quatro a seis deputados) e Centro Católico Português (quatro deputados). O Partido Socialista Português conseguiu eleger dois deputados fruto do seu acordo com o PRP nos círculos de Lisboa Ocidental e Porto.

"O PRP voltou a vencer as eleições legislativas, obtendo uma maioria absoluta na Câmara dos Deputados. Contudo, no Alentejo o seu triunfo foi mais estreito. A forte concorrência da Esquerda Democrática dividiu os votos, o que dificultou a sua vitória. Por outro lado, verificou-se a afirmação do Partido Republicano Nacionalista, da União dos Interesses Económicos e do Partido Monárquico no Alentejo."

O PRP recuperou a maioria absoluta na Câmara dos Deputados que tinha perdido em Março de 1920. Esta circunstância não tem sido suficientemente compreendida e assinalada pela historiografia portuguesa. Nestes cinco anos, a grande instabilidade política foi motivada, entre outras causas, pela falta de uma maioria parlamentar clara. O PRP pôde finalmente formar um executivo monocolor com um apoio mais sólido no Congresso. Este facto motivou um descontentamento crescente das outras forças políticas, que acusavam este partido de se constituir como uma «força ditatorial», não dando espaço aos outros partidos. Perante este cenário de maioria absoluta, e sem confiança no sistema político eleitoral para o alterar, as forças políticas da direita e da esquerda haveriam de unir-se fugazmente no «28 de Maio».

No Alentejo venceu o PRP. Mas elegeu apenas sete deputados (38,9%), quando em 1922 tinha eleito 11 deputados. O PRP obteve a maioria em Portalegre e Aljustrel, a minoria em Beja; em Évora e Estremoz registou-se um empate. Em Elvas, porém, o PRP não conseguiu eleger nenhum deputado. O que demonstra o forte impacto da dissidência da Esquerda Democrática no Alentejo, já que, dividindo os notáveis, dividiu também os votos que anteriormente iam para os democráticos.

O jornal democrático *O Porvir* lamentou não terem sido eleitos dois deputados no círculo de Beja. Atribuiu esse facto à indisciplina partidária, «que fez com que se cortassem a esmo nomes de candidatos nossos, que foram substituídos por nomes de adversários»[127]. Em Beja, donde era natural o candidato do PRP, Henrique Augusto da Silva, cortara-se fortemente o nome do seu companheiro de lista, Paulo Limpo de Lacerda. Em Moura, porém, este fora protegido, já que era o candidato da terra. Em contrapartida, foi Henrique Augusto da Silva quem sofreu cortes em grande número. Por vezes, eram os próprios membros da lista que incentivavam este comportamento, pois se suspeitassem que uma das listas concorrentes era mais forte do que a deles, estaria apenas em disputa uma vaga de deputado. O que implicava que os colegas de lista passavam a adversários diretos[128].

O Partido Republicano Nacionalista elegeu seis deputados no Alentejo (33,3%), o que representava uma ligeira redução face às eleições de 1922, onde o Partido Republicano Liberal elegera cinco deputados e o Partido Republicano de Reconstituição Nacional dois deputados. O PRN obteve as maiorias em Beja, as minorias em Aljustrel; conseguiu um empate em Elvas, Évora e Estremoz e não elegeu nenhum deputado em Portalegre.

125 Arquivo Histórico Parlamentar, secção IX, Caixa n.º 448. Cf., *O Democrático*, 19.11.1925, 1; Decreto n.º 11398 de 16.1.1926; *Diário do Governo*, n.º 85, 2.ª série, 12.4.1926, 1206. Sobre o processo das eleições de Portel vejam-se os seguintes estudos: Baiôa, 2000: 57-59; Queirós, 2008: 103-125; Queiroz, 2010: 63-94; Baiôa, 2015: 252-317.

126 Marques, 1980: 128; Queiroz, 2010: 93; Baiôa, 2015: 309.

127 *O Porvir*, 14.11.1925, 1.

128 Veja-se a denúncia do jornal Bejense, *A Pátria* (13.11.1925, 2), sobre o comportamento dos correligionários de Paulo Limpo de Lacerda na assembleia eleitoral de Santo Aleixo que «não respeitaram o nome do Sr. Dr. Henrique Silva».

Esta situação é parcialmente explicada pela dissidência de Álvaro de Castro, que fragilizou seriamente o partido. Ainda assim, conseguiu no Alentejo um resultado acima da média nacional.

A eleição de quatro deputados da União dos Interesses Económicos em Portalegre, Elvas, Évora e Estremoz, e de um deputado monárquico em Elvas, deveu-se, em parte, à divisão dos republicanos e à afirmação destas organizações nesta região, particularmente no Alto Alentejo. A UIE e o Partido Monárquico controlavam aqui várias organizações patronais e os seus líderes tinham uma grande notoriedade, não sofrendo neste período a pressão e violência republicana de outros tempos. Saliente-se ainda o facto da UIE apenas ter conseguido eleger deputados no Alentejo.

A Esquerda Democrática (aliada ao PCP) acabaria por não eleger nenhum deputado no Alentejo. Este desfecho foi fruto da concertação das forças políticas do centro e da direita contra esta nova organização e pela ação tendenciosa do PRP nas comissões de verificação de poderes da Câmara dos Deputados. Nos estudos de Oliveira Marques[129] foi contabilizado um deputado da Esquerda Democrática no círculo de Évora. No entanto, a repetição das eleições no concelho de Portel acabaria por ditar a eleição de um deputado do PRP em vez do da Esquerda Democrática, conforme demostramos nas páginas anteriores e que está refletido no Quadro 1.

Quadro 1. As eleições legislativas de 1925 (distribuição partidária a nível nacional e no Alentejo)

	Nacional		Nacional		Nacional		Alentejo		Alentejo	
	Marques (a)		Queiroz (b)		Baiôa (c)		Marques (d)		Nova Proposta (e)	
Mandatos / Partidos	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Partido Republicano Português (PRP)	**83**	50,9	**83**	50,9	**84**	52,2	**6**	33,3	**7**	38,9
Partido Republicano Nacionalista (PRN)	**36**	22,1	**33**	20,4	**33**	20,5	**6**	33,3	**6**	33,3
Independentes (Ind.)	**19**	11,7	**21**	12,9	**14**	8,7	**-**	-	**-**	-
Causa Monárquica / Partido Monárquico (PM)	**7**	4,3	**8**	4,9	**7**	4,4	**1**	5,6	**1**	5,6
Esquerda Democrática (ED)	**6**	3,7	**6**	3,7	**6**	3,7	**1**	5,6	**-**	-
União dos Interesses Económicos (UIE)	**6**	3,7	**4**	2,4	**4**	2,5	**4**	22,2	**4**	22,2
Centro Católico Português / Católicos (CCP)	**4**	2,4	**4**	2,4	**4**	2,5	-	-	-	-
Independentes / PRP	**-**	-	**-**	-	**4**	2,5	-	-	-	-
Partido Socialista Português (PSP)	**2**	1,2	**2**	1,2	**2**	1,2	-	-	-	-
Independentes / UIE	**-**	-	**-**	-	**2**	1,2	-	-	-	-
Regionalista	**-**	-	**2**	1,2	**1**	0,6	-	-	-	-
Total	**163**	100	**163**	100	**161**	100	**18**	100	**18**	100

Fontes: a) Marques, 1980: 128.; b) Queiroz, 2010: 93.; c) Baiôa, 2015: 309.; d) Marques, 1978: 624 e 643.; e) AHP, secção IX, cx. 446 a 451.

Conclusão

As eleições legislativas de 1925 surgiram num contexto de maior mobilização e de uma maior competitividade, quando comparadas com as eleições anteriores. Os partidos políticos que participaram nestas eleições tinham uma amplitude ideológica maior e a ausência de acordos pré-eleitorais em alguns círculos propiciou uma luta eleitoral aberta e incerta nesses locais. No entanto, noutros círculos continuaram a persistir acordos fraudulentos e práticas clientelares que beneficiaram o Partido Republicano Português.

No Alentejo foram certamente as eleições mais disputadas, com um conjunto alargado de candidaturas. Formaram-se listas do Partido Republicano Português, do Partido Republicano Nacionalista, da Esquerda Democrática, do Partido Monárquico, da União dos Interesses Económicos e do Partido Republicano Radical. Houve ainda candidaturas de independentes e de regionalistas, bem como um candidato do Partido Comunista Português integrado numa lista patrocinada pela Esquerda Democrática.

A forte contenda eleitoral conduziu a uma maior mobilização durante a campanha eleitoral, que continuava com características maioritariamente tradicionais. Para além de inúmeros comícios, sessões públicas e banquetes, os candidatos percorreram as principais localidades para estabelecer contactos preferenciais com os caciques locais que lhes angariavam dezenas de votos. As despesas da campanha eleitoral continuaram a ser financiadas maioritariamente através da fortuna pessoal dos candidatos e de alguns notáveis. Os jornais afetos aos partidos tentaram arregimentar os seus apoiantes através da divulgação de manifestos e de apelos ao voto.

No Alentejo ocorreram uma série de irregularidades e fraudes durante os atos eleitorais. A mais transcendente foi a decisão da comissão de verificação de poderes de repetir as eleições no concelho de Portel, que inviabilizou a eleição do deputado da Esquerda Democrática e possibilitou a eleição de mais um deputado do Partido Republicano Português.

O PRP voltou a vencer as eleições legislativas, obtendo uma maioria absoluta na Câmara dos Deputados. Contudo, no Alentejo o seu triunfo foi mais estreito. A forte concorrência da Esquerda Democrática dividiu os votos, o que dificultou a sua vitória. Por outro lado, verificou-se a afirmação do Partido Republicano Nacionalista, da União dos Interesses Económicos e do Partido Monárquico no Alentejo.

Os resultados eleitorais refletem um maior peso do voto conservador no Alentejo, em particular nos distritos de Évora e Portalegre, quando comparado com o todo nacional. Esta situação terá sido fruto da vontade dos eleitores expressos nos boletins de voto ou das negociações de poder entre os caciques? Em última instância, cremos, refletem o poder dos notáveis conservadores ligados aos meios agrários e às associações patronais na região transtagana, fenómeno que se foi acentuando nos últimos anos da I República.

129 Marques, 1978: 624 e 643; Marques 1980: 128.

Anexos: quadros com os resultados eleitorais nos círculos do Alentejo

Círculo N.º 32 – Portalegre

Número de votantes: ?

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/ Não Eleito
Severino de Santana Marques[130]	UIE	1959	Eleito
João José da Conceição Camoesas[131]	PRP	1894	Eleito
Baltazar de Almeida Teixeira[132]	PRP	1894	Eleito
Mário Augusto de Miranda Monteiro[133]	PM	1892	Não Eleito
António Correia[134]	IND. / REG.	892	Não Eleito
Bartolomeu Dinis Soares[135]	PRN	493	Não Eleito
Justiniano Augusto Esteves[136]	IND.	118	Não Eleito
António Casimiro da Costa[137]	IND.	35	Não Eleito

Fontes: AHP, Secção IX, Caixa. 446.

Círculo N.º 33 – Elvas

Número de votantes: 3928; 5 listas brancas; 3923 listas válidas

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/ Não Eleito
Rui de Andrade[138]	PM	1665	Eleito
Eduardo Fernandes de Oliveira[139]	UIE	1497	Eleito
Francisco Cruz[140]	PRN	1317	Eleito
António Pais da Silva Marques[141]	PRP	915	Não Eleito
Plínio Octávio de Santana e Silva[142]	ED	823	Não Eleito
Amaro Garcia Loureiro[143]	PRN	551	Não Eleito

Fontes: AHP, Secção IX, Caixa. 447.

130 Médico e lavrador (Alvega, Abrantes, 27/9/1873 - Alvega, Abrantes, 28/5/1949).
131 Médico (Elvas, 13/3/1887 – New Bedford, EUA, 12/11/1951).
132 Advogado e professor (Leiria, 12/12/1871 – Lisboa, 17/7/1975).
133 Advogado, Lavrador e proprietário (Sobral, Carregal do Sal, 10/2/1870 – Lisboa, 1/10/1955).
134 Advogado e proprietário (Abrantes, 8/11/1891 – ?, 1964).
135 Chefe da repartição central do Ministério das Finanças.
136 Tenente-coronel de artilharia.
137 Capitão de engenharia e engenheiro civil.
138 Proprietário, doutorado em ciências agronómicas pela Universidade de Paris (Génova, 1/6/1880 – Lisboa, 20/12/1967).
139 Médico, proprietário e Lavrador (Viseu, 1882 - Estoril, Cascais, 21/02/1943).
140 Advogado e industrial (Praia do Ribatejo, Vila Nova da Barquinha, 31/8/1883 - Lisboa, 30/6/1965).
141 Proprietário (Ervedal, Avis, 23/12/1876 - ?, 1950).
142 Oficial do Exército (Elvas, 26/08/1890 – Lisboa, 07/06/1948).
143 Oficial do Exército (Ponta Delgada, 08/05/1892 – ?).

Círculo N.º 34 - Évora

Número de votantes: 4952; sete brancos; seis anuladas; listas válidas 4939 (eleições de 8 de Novembro de 1925)

Candidatos	Lista	Votos
Alberto Jordão Marques da Costa[144]	PRN	2246
Joaquim Nunes Mexia[145]	UIE	1762
Luís António Guerreiro Júnior[146]	ED	1701
Manuel Eduardo da Costa Fragoso[147]	PRP	1633
João Pedro dos Santos[148]	ED	1567
Manuel de Oliveira Gomes da Costa[149]	PRR	269
Álvaro Bossa da Veiga[150]	PRR	234

Eleições de 8 de Novembro de 1925 com as alterações da repetição das eleições de Portel em 28 de Fevereiro de 1926[151]

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/ Não Eleito
Alberto Jordão Marques da Costa	PRN	2246	Eleito
Joaquim Nunes Mexia	UIE	1870	Eleito
Manuel Eduardo da Costa Fragoso	PRP	1728	Eleito
Luís António Guerreiro Júnior	ED	1716	Não Eleito
João Pedro dos Santos	ED	1567	Não Eleito
Manuel de Oliveira Gomes da Costa	PRR	269	Não Eleito
Álvaro Bossa da Veiga	PRR	234	Não Eleito

Fontes: AHP, Secção IX, Caixa. 448.

Círculo N.º 35 - Estremoz

Número de votantes: 3079; seis listas anuladas; 3073 listas válidas

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/ Não Eleito
Manuel de Sousa da Câmara[152]	PRN	1215	Eleito
Sebastião de Herédia[153]	PRP	1201	Eleito
José Rosado da Fonseca[154]	UIE	937	Eleito
Jorge Barros Capinha[155]	ED	698	Não Eleito
Luís Rojão[156]	ED	677	Não Eleito
António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier[157]	IND.	613	Não Eleito
Francisco Rosa Ventura[158]	PRR	230	Não Eleito
José António Morais	IND	101	Não Eleito
José Gomes Bartolomeu Rodrigues	PRP	77	Não Eleito
José Augusto Nunes Ramos	REG.	68	Não Eleito

Fontes: AHP, Secção IX, Caixa. 449

144 Professor do liceu e advogado (Cuba, 08/01/1884 – Évora, 02/10/1980).
145 Proprietário. Licenciado em Direito (Mora, 14/01/1870 – Mora, 18/1/1941).
146 Médico, chefe dos serviços de anatomia da Faculdade de Medicina de Lisboa (Évora, 31/8/1891 – Lisboa, 3/6/1971).
147 Escrivão de Direito (Montemor-o-Novo, 08/05/1886 – Lisboa, 1983).
148 Funcionário Público no Ministério da Agricultura (Évora, 7/8/1892 - Lisboa, 24/5/1961).
149 Oficial do exército, (Lisboa, 14/1/1863 – Lisboa, 17/12/1929).
150 Médico.
151 Nas eleições de 8 de Novembro de 1925, em Portel, Nunes Mexia obteve 209 votos, Manuel Fragoso 216 votos e Luís Guerreiro 92 votos. Nas eleições de 28 de Fevereiro de 1926 Nunes Mexia obteve 317 votos, Manuel Fragoso 311 votos e Luís Guerreiro Júnior 107 votos.
152 Professor no Instituto de Agronomia e Veterinária (Vila Viçosa, 18/11/1871 – Lisboa, 23/04/1955).
153 Sebastião Sancho Gil de Borgia Macedo Meneses Correia Herédia era filho do Visconde da Ribeira Brava, Francisco Correia de Herédia (1852-1918). Industrial e proprietário (Porto, 07/05/1876 – Lisboa, 05/02/1958), Gomes, 2014, 371.
154 Proprietário e Agricultor. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra (Estremoz, 21/2/1893 – Quintete, Angola, 9/8/1945).
155 Médico (Loulé, 01-12-1890 - Évora, 11-08-1941).
156 Proprietário e engenheiro agrónomo (?, 29/4/1892 - ?).
157 Advogado e jornalista. Foi secretário-geral do Ministério das Finanças e Diretor-geral da Fazenda Pública (Nova Goa, 24/04/1881 – Lisboa, 15/07/1975).
158 Oficial do exército.

Círculo N.º 36 - Beja

Número de votantes: 4463

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/ Não Eleito
Jaime António Palma Mira[159]	PRN	2757	Eleito
José do Vale de Matos Cid[160]	PRN	2051	Eleito
Paulo Limpo de Lacerda[161]	PRP	1674	Eleito
Henrique Augusto da Silva[162]	PRP	1451	Não Eleito
Pedro Januário do Vale Sá Pereira[163]	ED	651	Não Eleito
Manuel Ferreira Quartel[164]	ED	219	Não Eleito
José Romão dos Santos Ferro[165]	REG.	187	Não Eleito

Fontes: AHP, Secção IX, Caixa. 450

Círculo N.º 37 - Aljustrel

Número de votantes: 3055

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/ Não Eleito
José Joaquim Gomes de Vilhena[166]	PRP	1517	Eleito
Joaquim Toscano de Sampaio[167]	PRP	1267	Eleito
António Lobo de Aboim Inglês[168]	PRN	877	Eleito
Augusto da Fonseca Júnior[169]	REG.	829	Não Eleito
António Pais Rovisco[170]	IND.	599	Não Eleito
Raul de Almeida Câmara Cunha	PRN	347	Não Eleito
José Francisco de Paula da Ressurreição Oliveira Maia Alcanforado	REG.	93	Não Eleito

Fontes: AHP, Secção IX, Caixa. 451

159 Médico (Albernoa, Beja, 28/5/1886 - Beja, 22/1/1947).
160 Advogado e professor (Viseu, 27.11.1871 – Lisboa, 14.01.1945).
161 Advogado e proprietário (Moura, 05/11/1881 – Moura, 17/01/1960), Correia, 2016, 530.
162 Advogado, conservador do registo civil e proprietário. Natural de Beja, liderou o PRP local na fase final da I República. Manteve-se na oposição ao Salazarismo e participou com a sua filha, Maria Fernanda Corte Real Graça e Silva, no Movimento de Unidade Democrática.
163 Funcionário Público (Lisboa, 18/01/1877 – Lisboa, 13/10/1930). Pertenceu ao Partido Socialista Português, ao Partido Republicano Português e a partir de 1925 à Esquerda Democrática. Foi eleito deputado em 1911, 1915, 1919 e 1922.
164 Nasceu em Coruche em janeiro de 1887. Enquanto trabalhador agrícola foi um dos principais organizadores dos sindicatos dos trabalhadores rurais na sua terra Natal e no Alentejo no início da I República. Em 1921 foi um dos fundadores do Partido Comunista Português, sendo o seu secretário interno, membro da Federação Comunal de Lisboa, membro do Comité Central e redator principal de *O Comunis*ta. (Pina, 2018, 54).
165 Apresentou uma proposta para ser candidato pelo PRP no círculo de Beja. Mas as comissões políticas do PRP reunidas no dia 19 de Outubro decidiram não aceitar a sua candidatura. Acabou por se apresentar às eleições como regionalista (*Ala Esque*rda, 5.11.1925, 2).
166 Proprietário e lavrador (Ferreira do Alentejo, 15.04.1876 – ?, 31.08.1931).
167 Advogado e proprietário (Cuba, 5.3.1895 – Vidigueira, 8.3.1971).
168 Professor no Instituto Superior Técnico e engenheiro de minas (Aljustrel, 30.06.1869 – Aljustrel, 18.10.1941).
169 Médico (Colos, Odemira, 10.2.1895 – Lisboa, 2.1.1972).
170 Magistrado e proprietário. Natural de Sousel.

Fontes e Bibliografia

Fontes arquivísticas

Arquivo Histórico Parlamentar (AHP) – Secção IX, cx. 446 a cx. 451.

Fontes hemerográficas

Acção Nacionalista, Lisboa, 1925.
Ala Esquerda, Beja, 1925.
Almanak d'O Mundo, Lisboa, 1908-1914.
A Batalha, Lisboa, 1925.
Bejense (O), Beja, 1925.
Capital (*A*). Lisboa, 1925.
Cidade, (A), Portalegre, 1925.
Comunista, (O), Lisboa, 1925.
Democracia do Sul, Évora, 1925.
Democrático (O), Évora, 1925.
Districto de Portalegre (O), Portalegre, 1925.
Diário da Câmara dos Deputados (DCD). Lisboa, 1925.
Diário de Lisboa. 1925.
Diário do Governo (DG). Lisboa, 1925
Época (*A*). Lisboa, 1925.
Mundo (O), 1925.
Notícias de Évora, 1925.
A Pátria, Beja, 1925.
Plebe (A), Portalegre, 1925.
Porvir (O), Beja, 1925.
Rabeca (A), Portalegre, 1925.
Século (O), Lisboa, 1925.

Fontes impressas

FERREIRA, António Matos; ALMEIDA, João Miguel (coord.) (2009) - *António Lino Neto, Intervenções Parlamentares (1918-1926)*. Lisboa: Texto Editores e Assembleia da República.

LEAL, Cunha (1967) - *As minhas memórias*. Vol. II, edição do autor.

LIMA, Luís (2012) – *Catálogo do Arquivo Professor Lino Neto*. Lisboa: Centro de estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

SILVA, António Maria da (1947) in AA.VV., *In Memoriam. Álvaro de Castro. Homenagem de admiradores, de amigos e de correligionários*. Lisboa, pp. 133-135.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria Antónia F. Pires de Almeida (1997) - *Família e Poder no Alentejo (Elites de Avis – 1886-1941)*, Lisboa: Colibri.

ALMEIDA, Pedro Tavares de (1991) - *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*. Lisboa: Difer.

ALMEIDA, Pedro Tavares de (Organização e introdução de) - (1998) - *Legislação eleitoral portuguesa: 1820-1926*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

ALMEIDA, Pedro Tavares de (2012) - "Eleições e recrutamento parlamentar em Portugal". In ALMEIDA, Pedro Tavares de; MORENO LUZÓN, Javier (Coord.). *Das Urnas ao Hemiciclo. Eleições e Parlamento em Portugal (1878-1926) e Espanha (1875-1923)*. Lisboa: Assembleia da República, pp. 17-46.

ALMEIDA, Pedro Tavares de (2014) - "Lei Eleitoral". In ROLLO, Maria Fernanda (Coordenadora Geral). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume II, Lisboa: Assembleia da República, pp. 642-646.

ALMEIDA, Pedro Tavares de; FERNANDES, Paulo Jorge; SANTOS, Marta Carvalho dos (2006) – "Os Deputados da 1.ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico". *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Vol. 27, pp. 399-417.

ALMEIDA, Pedro Tavares de; MORENO LUZÓN, Javier (Coord.) (2012) - *Das Urnas ao Hemiciclo. Eleições e Parlamento em Portugal (1878-1926) e Espanha (1875-1923)*. Lisboa: Assembleia da República.

ALMEIDA, Pedro Tavares de; PINTO, António Costa; BERMEO, Nancy (Ed.) - (2003) - *Who Governs Southern Europe? Regime Change and Ministerial Recruitment (1850-2000)*. London: Frank Cass.

BAIÔA, Manuel (1997) – "Elites políticas locais face ao «28 de Maio». O caso de Portalegre". *IBN MÁRWAM*, Revista Cultural do Concelho de Marvão: N.º 7, pp. 205-217.

BAIÔA, Manuel (2000) - *Elites Políticas em Évora da I República à Ditadura Militar (1925-1926)*. Lisboa: Edições Cosmos.

BAIÔA, Manuel (2013) - "O Partido Republicano Nacionalista e o Clientelismo (1923-1935)" In ROLLO, Maria Fernanda; RIBEIRO, Maria Manuela Tavares; PIRES, Ana Paula; NUNES, João Paulo Avelãs (Coord.). *Atas I Congresso de História Contemporânea*. IHC / CEIS20 / Rede História, 2013, pp. 317-329.

BAIÔA, Manuel (2014) – "A Primeira República Portuguesa (1910-1926): partidos e sistema político". *ARBOR, Ciencia, Pensamiento y Cultura*. Vol. 190, n.º 766, marzo-abril, pp. 1-14.

BAIÔA, Manuel (2015) - *O Partido Republicano Nacionalista 1923-1935. «Uma República para Todos os Portugueses»*. Lisboa: ICS-Imprensa de Ciências Sociais.

BERNARDO, Maria Ana Rodrigues (2013) - *Sociedade e Elites no Concelho de Évora. Permanência e Mudança (1890-1930)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e FCT.

CRUZ, Maria Antonieta (2007) - "Eleições no Porto e em Gondomar: Da Monarquia para a República". *História*. Revista da Faculdade de Letras, 8, 459-479.

FARINHA, Luís (2003) - *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, Tese de doutoramento.

FAUSTINO, Carla Sofia Ângelo (1997) - *A Elite Política de Arraiolos, 1890-1918*. Lisboa: ISCTE, Tese de Mestrado.

FONSECA, Teresa (2013) - "O impacto da Grande Guerra em Montemor-o-Novo". In FONSECA, Jorge; FONSECA, Teresa (coord.). *Cinco Olhares sobre a República*. Lisboa: Edições Colibri / C. M. de Montemor-o-Novo, pp. 113-176.

FROTA, José (Coordenação e textos) - (2010) - *Évora Mosaico*, Évora. N.º 7, Dezembro.

GAMEIRO, Fernando Luís (2013) - "A elite parlamentar republicana. Deputados e senadores eleitos por círculos eleitorais do Alentejo (1890-1926)". In FONSECA, Jorge; FONSECA, Teresa (coord.). *Cinco Olhares sobre a República*. Lisboa: Edições Colibri / C. M. de Montemor-o-Novo, pp. 25-44.

GAMEIRO, Fernando; BERNARDO, Maria Ana (2012) - "Quando a Universidade era o Liceu: Sociedade, Política e Elites em Évora durante a I República" In PEREIRA, Sara Marques; VAZ, Francisco Lourenço (Coord.) *Universidade de Évora (1559-2009). 450 anos de modernidade educativa*. Lisboa: Chiado Editora, pp. 589-605.

LEAL, Ernesto Castro (2008) - *Partidos e Programas. O Campo Partidário Republicano Português (1910-1926)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

LEAL, Pedro Manuel Figueiredo (2014) - *Domingos Leite Pereira. Intervenção política e acção governativa durante a Primeira República*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado.

LOPES, Fernando Farelo (1994) - *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa: Editorial Estampa.

LOPES, Fernando Farelo (2011) - "Direito de voto, regime de escrutínio e "eleições feitas" na I República Portuguesa". In FREIRE, André (Coord.). *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 101-123.

LOPES, Fernando Farelo (2012) - "Concorrência partidária e processo político-institucional na I República" in FREIRE, André (Org.), *O sistema político português, séculos XIX-XXI. Continuidades e ruturas*. Coimbra: Almedina, pp. 65-85.

LOPES, Fernando Farelo (2013) - "Eleições". In: ROLLO, Maria Fernanda (Coordenadora Geral). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume I, Lisboa: Assembleia da República, pp. 1092-1099.

MALTEZ, José Adelino (2004) - *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI*. Vol. II, Lisboa: Tribuna da História.

MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.), (1978) - *História da Primeira República Portuguesa. As estruturas de base*, Lisboa: Iniciativas Editoriais.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1980) - *A Primeira República Portuguesa (Alguns aspectos estruturais)*. 3.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.

MARQUES, A. H. de Oliveira (Coordenação de) (1991) - *Portugal da Monarquia para a República*. «Nova História de Portugal», SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Direção de), Vol. XI, Lisboa: Editorial Presença.

MARQUES, A. H. de Oliveira (Coordenação de) (2000) - *Parlamentares e Ministros da 1.ª República*, Porto: Edições Afrontamento.

MATOS, Ana Cardoso de, BERNARDO, Maria Ana Bernardo, RODRIGUES, Paulo Simões (2010) - *Évora. Roteiros Republicanos*. Matosinhos: Quidnovi.

MENEZES, Luís Manuel (1992) - *As eleições legislativas de 1921 e 1925 no arquipélago dos Açores*. (s.l.), Secretaria Regional da Educação e cultura / Direção regional dos assuntos culturais.

PATA, Arnaldo da Silva (2010) - *A Câmara Municipal de Castro Verde durante a 1ª República (1910-1926)*. Castro Verde: Câmara Municipal de Castro Verde.

PEREIRA, Miriam Halpern (2014) - "A 1ª República e o sufrágio em Portugal: o debate de 1911 em perspectiva diacrónica". *Historia Constitucional*, 15, 509-527.

PIÇARRA, Constantino (2010) - *Beja Republicana*. Beja: 100 Luz.

PIÇARRA, Constantino (2019a) - *Exposição Beja Republicana. Catálogo*. Beja: Centro Unesco.

PIÇARRA, Constantino (2019b) - *A I República na Geografia Urbana de Beja. Um Roteiro Republicano da Cidade*. Beja: Câmara Municipal de Beja.

PIÇARRA, Constantino; MATEUS, Rui (2010) - *Beja. Roteiros Republicanos*. Matosinhos: Quidnovi.

PIÇARRA, Constantino; PINTO, Ana Catarina (2010) - *A Primeira República no Baixo Alentejo*, Almodôvar: Câmara Municipal.

PINA, André Costa (2018) - *A Federação Maximalista Portuguesa e a sociogénese do Partido Comunista Português*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Mestrado.

PROENÇA, Maria Cândida (1987) - *Eleições Municipais em Sintra. 1910-1926*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.

QUEIRÓS, António José (2003) - "As eleições legislativas de 1925 no concelho de Amarante". *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, 2, 95-105.

QUEIRÓS, António José (2008) - *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República*. Lisboa: Livros Horizonte.

QUEIROZ, António José (2010) - As eleições legislativas de 1925. *História. Revista da Faculdade de Letras*. Porto. III Série, vol. 11, pp. 63-94.

QUEIROZ, António José (2012) – *José Domingues dos Santos. O Defensor do Povo (1887-1958)*. Lisboa: Assembleia da República.

QUEIROZ, António José (2015) - "As eleições legislativas em Vila Nova de Famalicão", *Boletim Cultural*, 8/9, pp. 121-137.

RAMOS, Rui (2001) - *A Segunda Fundação (1890-1926)*, edição revista e atualizada, «História de Portugal», MATTOSO, José (Direção de), Vol. VI, Lisboa: Editorial Estampa.

REGO, Miguel (2010a) - *Castro Verde 1910, ano 2 da República*. Castro Verde: Câmara Municipal de Castro Verde.

REGO, Miguel (2010b) – "Castro Verde e a 1.º República". *O Campaniço*, Câmara Municipal de Castro Verde, n.º 85, Agosto, Setembro e Outubro, pp. 10-11.

ROLLO, Maria Fernanda; PIRES, Ana Paula (2015) – *Manuel de Brito Camacho. Um Intelectual Republicano no Parlamento*. Lisboa: Assembleia da República.

SÁ, Luís; RÊGO, Manuela (2011) - *Jornais Republicanos 1848-1926*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

SAMARA, Maria Alice Dias de Albergaria (2010) - *As Repúblicas da República. História, Cultura Política e Republicanismo*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento.

SEQUEIRA, Carla (2014) - *Antão Fernandes de Carvalho e a República no Douro*, Porto: CHCEM.

SERRA, João B. (1987) - "Elites locais e competição eleitoral em 1911". *Análise Social*, 95, pp. 59-95.

SERRA, João B. (1996) - "Os poderes locais: Administração e política no 1.º quartel do século XX". In OLIVEIRA, César (Dir.). *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 264-280.

SILVA, Armando Malheiro da (2006) - *Sidónio e Sidonismo*, 2 vol., Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

SILVA, João Manuel Gonçalves da (1996) – *O Partido Reconstituinte: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*. Lisboa: ICS - Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado.

SILVA, João Manuel Gonçalves da (1997) – "O clientelismo partidário durante a I República: o caso do Partido Reconstituinte (1920-1923)". *Análise Social*, n.º 140, pp. 31-74.

VENTURA, António (1981) – "O 5 de Outubro em Portalegre". *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*, n.º 1, Outubro, pp. 9-11.

VENTURA, António (1991) - *Publicações Periódicas de Portalegre (1836-1974)*. Portalegre: Câmara Municipal de Portalegre.

VENTURA, António (2010) - *Portalegre. Roteiros Republicanos*. Matosinhos: Quidnovi.

VENTURA, António (2013a) - "Centros Republicanos" in: ROLLO, Maria Fernanda (Coordenadora Geral). In *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume I, Lisboa: Assembleia da República, pp. 629-634.

VENTURA, António (2013b) - "A Maçonaria no concelho de Montemor-o-Novo (1908-1911)". In FONSECA, Jorge; FONSECA, Teresa (coord.). *Cinco Olhares sobre a República*. Lisboa: Edições Colibri / C. M. de Montemor-o-Novo, pp. 9-23.